



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A CAMPANHA DA FRATERNIDADE DO ANO DE 2019.

EM: 28.03.19

INÍCIO: 09h15min

PRESIDENTE: SR. ADELINO FOLLADOR

O SR. AROLDO VASCONCELOS (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores bom dia. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, aqui no Plenarinho da Casa, o Plenário II.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Adelino Follador, após a devida aprovação em plenário, realiza esta Audiência Pública no dia de hoje que tem como objetivo debater sobre a Campanha da Fraternidade do ano de 2019: Fraternidade e Políticas Públicas, que tem como lema: "Serás libertado pelo direito e pela Justiça".

Convidamos então para compor à Mesa dos trabalhos desta Audiência Pública, Excelentíssimo Senhor Deputado

Adelino Ângelo Follador, que é o proponente desta Audiência Pública; o Deputado já está à Mesa. Nós convidamos então para ladear o nosso Deputado Adelino Follador, o Padre Valdecir Luiz Cordeiro, que é pároco, na Paróquia Sagrada Família e é o Coordenador Arquidiocesano das Pastorais e representa neste momento o Arcebispo de Porto Velho; convidamos também para sentar à Mesa nesta Audiência Pública, a senhora Maria Elilde Menezes dos Santos, ela que é Diretora Executiva e vem representando a Secretaria de Estado da Justiça, Governo do Estado; convidamos também a Senhora Fabiane Passarini, ela representa neste ato a Secretaria de Assistência Social do Estado de Rondônia - SEAS; e convidamos também o Senhor Carlos Oliveira, ele que é o Presidente do Conselho Arquidiocesano dos Cristãos Leigos e Leigas da Arquidiocese de Porto Velho.

Passo a palavra então para o nosso Deputado Presidente desta Audiência Pública, Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro aberta essa Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a Campanha da Fraternidade 2019: Fraternidade e Políticas Públicas e o lema: "Serás libertado pelo direito e pela Justiça".

O SR. AROLDO VASCONCELOS (Mestre de Cerimônias) - Muito bem. Então, de maneira que nós possamos nesta Audiência Pública, iniciar a reflexão sobre esse tema e o lema da Campanha da Fraternidade. Nós passamos agora a leitura do texto que nos convida nesta Quaresma, a refletir sobre a Campanha da Fraternidade do ano 2019.

Gostaria de solicitar de vocês bastante atenção para que nós possamos ter um profícuo debate, apresentação de possibilidades nessa Audiência Pública no dia de hoje.

Campanha da Fraternidade 2019. O texto da Campanha da Fraternidade deste ano nos traz algumas pistas de como devemos agir e elas são pistas bem concretas para estimular a participação de todos na elaboração de políticas públicas que venham de encontro real as necessidades da sociedade brasileira nesta virada de década. Ainda que na participação popular, lideranças, empresários, todas as pessoas que compõem os municípios, onde acontecem as políticas públicas; ainda que haja encontros e desencontros, é no debate que consolida a realização e a missão humana na terra. Ela também nos possibilita ser sujeitos e assim fazer da sociedade um lugar de aconchego para que a vida seja plena, essa que é o maior dom de Deus. Especialmente nesse ano em que todos os governantes eleitos em 2018, passam a elaborar o planejamento plurianual de investimentos que vai fazer a diretriz das nossas vidas no Brasil inteiro de 2020 a 2023. Com essas pistas, a Campanha da Fraternidade desse ano, traz para a gente, para todo o povo brasileiro alguns temas muito importantes que sejam diretrizes. Eu vou enumerar algumas delas.

Primeira diretriz: A Campanha da Fraternidade busca uma participação mais efetiva com atuação voluntária nas diversas pastorais sociais, em quase 6.000 municípios do Brasil.

A ideia é priorizar o cuidado com as pessoas que se encontram hoje em situação de exclusão social, desemprego, marginalização e injustiças.

Segundo: A Campanha da Fraternidade pretende este ano estimular o uso dos serviços públicos, de maneira mais

consciente, mais organizada e extremamente mais cuidadosa, face que estamos preparando os primeiros anos da próxima década.

Terceiro: Pensar em formas de contribuir para a resolução de situações agravantes aos direitos sociais, considerando as capacitações requeridas para ações de enfrentamento da realidade que nós vamos identificar.

Quarto: A ideia da Campanha da Fraternidade em 2019 é promover seminários e debates, rodas de conversas, audiências públicas como essa hoje, é pretendida e anunciada pelo Deputado Adelino Follador, com estabelecimento de metas precisas e também de estratégias para sensibilizar líderes e fazer uma mobilização social em toda a rede social do Brasil. Estimular a participação de pessoas idôneas e de caminhada ilibada como vereadores que possam ser discípulos missionários e deputados também, para que seja feito o bem comum, por um processo político de bom exercício da cidadania.

E por último e não menos importante a Campanha da Fraternidade de 2019, procura estimular a criação em todo o Brasil seja no nível Municipal, nos Estados, inclusive, em Brasília, Distrito Federal, de observatórios sociais que tenham membros competentes, que participem pessoas, técnicos políticos, líderes religiosos e também empresariais que possam trazer com seu pensamento a estrutura mínima para ouvir, diagnosticar pesquisar e construir essas políticas públicas. Os observatórios sociais pretendem fazer um monitoramento auxiliar do que já é feito pelas Câmaras de Vereadores, pelo próprio Congresso Nacional e por várias Assembleias Legislativas na função de fiscalização dos parlamentares. No final desta Audiência Pública e dos debates nós devemos ter um momento em que haverá essa proposta aqui em Porto Velho, de criar esse

monitoramento e ela será conduzida pelo Professor Doutor Deltoni.

Com esse texto e com a pretensão de que nós passamos fazer essa reflexão eu repasso agora então à palavra ao Presidente da nossa Audiência Pública Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu quero aqui também primeiro agradecer a presença aqui do Padre Valdecir Luiz Cordeiro, representando Dom Roque, nosso amigo, nosso companheiro, com certeza fazendo um grande trabalho na Arquidiocese, hoje Pároco da Paróquia Sagrada Família, Coordenador da Pastoral representando a Arquidiocese de Porto Velho. Maria Elilde Menezes dos Santos, Diretora Executiva representando a Secretaria da Justiça - SEJUS, obrigado pela presença. Fabiane Passarini, representando também a Secretaria de Ação Social do Estado de Rondônia - SEAS, agradecer a presença aqui. Senhor Carlos Oliveira, Presidente do Conselho Arquidiocesano dos Cristãos Leigos e Leigas de Porto Velho. Eu quero agradecer a presença dos demais aqui, normalmente a gente costuma reclamar dos que não vem, mas tem que agradecer quem vem. Para nós é um prazer, não poderíamos nunca deixar de deixar em branco uma data tão importante, faz 25 anos da Campanha da Fraternidade e embora hoje é dia semana, os Deputados também, a maioria viajou. Ontem, anteontem, teve Sessão, a maioria hoje trabalha no interior, mas, é importante que vá dar publicidade aquilo que a gente discutir aqui, chamar sociedade para refletir sobre esse tema tão importante. Nós temos aqui também Senhor Thiago Sittá, que é Psicólogo do Projeto PAMA - Programa Para Migrantes e Refugiados, agradecemos a presença. Nós temos aqui o Professor Doutor José Dettoni, conhecido nosso a muitos anos, de Ariquemes

ainda, hoje aqui em Porto Velho, há muito tempo, e também cumprimentar seu filho que também está por aqui. Para nós é um prazer estar aqui hoje, ele representando a Arquidiocese também de Porto Velho. Nós temos o Márcio Carlos Venâncio, Membro do Conselho dos Leigos da Arquidiocese de Porto Velho, agradecer a presença aqui. Professor Doutor Joseni Dettoni, também do Departamento de Filosofia da UNIR. Edilaine Guariniri de Oliveira Secretária Executiva - Cáritas Brasileiras Regional Noroeste. Nós temos Antônio Carlos Bersane, Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/Porto Velho. Agradecer a presença aqui, já estivemos lá também, a APAE faz um excelente trabalho. Professor Doutor Luis Fernando Novoa, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, também agradecer a sua presença. Nós temos aqui o Presbítero Moisés Porfírio, representando a Igreja Assembleia de Deus, Central.

O tema hoje Fraternidade e Políticas Públicas "Serás Libertado Pelo Direito e Pela Justiça". Neste ano de 2019 celebra-se 25 anos de Campanha da Fraternidade. O objetivo geral da campanha 2019 é estimular a participação das Políticas Públicas à luz da palavra de Deus e da doutrina social da Igreja, para fortalecer a cidadania, o bem comum, sinais de fraternidade.

O tema de Campanha da Fraternidade deste ano impacta diretamente na vida dos brasileiros, sobretudo, os mais vulneráveis. Falar de políticas públicas não é falar de políticas ou eleições, mas, significa se referir a um conjunto de ações a serem implantadas pelos gestores públicos visando promover o bem comum dos mais pobres da sociedade. As políticas públicas podem ser relacionadas à educação, saúde, aos direitos humanos, Assistência Social e economia, Zona Rural, as mulheres e muitos outros temas e direitos. Podemos afirmar que as políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para

garantir e colaborar a prática que são previstas na Constituição Federal e das outras as leis.

Então eu quero conhecer breve relato, falar da importância, com certeza desse tema que nós estamos hoje discutindo, e me sinto muito lisonjeado por estar aqui junto com vocês para discutir, Padre, que representa aqui a Igreja Católica; também nós temos aqui representando a Assembleia de Deus também o nosso companheiro aqui. E nós temos que fomentar isso.

Então, gostaria de devolver a palavra ao Mestre de Cerimônia.

O SR. AROLDO VASCONCELOS (Mestre de Cerimônias) - Feito este breve relato do nosso Presidente. Na sequência nós saudamos a todos os que estão presentes nessa audiência pública na esperança de que possamos colocar luzes aqui na Capital e todos os municípios de Rondônia, especialmente no Estado, que o Governo também esse ano apresenta o Planejamento Plurianual para os próximos quatro anos.

Nessa sequência nós gostaríamos de conceder a palavra, lógico, ao Padre Valdecir Luiz Cordeiro, ele que é o Coordenador das Pastorais aqui da Arquidiocese de Porto Velho que abrange toda a região aqui da Capital Porto Velho também de Ariquemes.

O SR. PADRE VALDECIR LUIZ CORDEIRO - Então a minha saudação é ao Excelentíssimo Deputado Adelino Follador, na pessoa a quem cumprimento a todos os demais presentes. A Igreja Católica que represento aqui é portadora de uma tradição humanista, três vezes milenar. Nós somos herdeiros do legado dos profetas como Amós, Isaías, Jeremias,

Miquéias, sobretudo, somos portadores do sonho de Jesus de Nazaré, o Cristo nosso Salvador, que anunciou e viveu o Reino de Justiça e Paz, que é um programa de felicidade, programa de vida plena para todos.

Todo pensamento do povo judeu consignado nas Sagradas Escrituras tem o objetivo primeiro de constituir a identidade do povo de Israel. De modo que o povo de Israel seja entre as nações, um povo livre, um povo que tem as condições necessárias para que cada um de seus integrantes possa desenvolver todo o seu potencial. Moisés que conduziu aquela caminhada linda do povo pelo deserto, caminhada difícil, mas, bonita; quando ele avistou a terra e sabendo que não poderia adentrar a terra, ele já tinha cumprido sua missão. Então ele imaginou que Israel, um povo que acolhe o direito e a justiça, a lei, a palavra de Deus como horizonte de vida, seria um povo feliz, um povo admirável entre os povos. Porque é um povo inteligente, que acolhe o projeto de Deus, projeto de justiça de paz, de liberdade para as pessoas, ele imaginou isso. E este ideal do povo de Israel, tem inspirado gerações. Jesus o assume e o eleva a sua plenitude. De modo que nós, cristãos, eu falo aqui em nome da Igreja Católica, mas, eu creio que todas as demais denominações concordam comigo. Nós somos, sobretudo, portadores deste ideal de justiça e paz, este ideal humanístico de valorização da dignidade da pessoa humana. E é no horizonte da defesa da dignidade do povo, na nossa linguagem religiosa, povo de Deus, uma linguagem laica, o povo, a democracia, o conjunto de todos os interesses que dialogam no sentido de construir a identidade do povo, no nosso caso, do povo brasileiro. É nessa perspectiva que a Campanha da Fraternidade se insere.

Este ideal do Direito e da Justiça assumido pela Campanha da Fraternidade de 2019, que tem como tema,

"Fraternidade e Políticas Públicas", é um ideal muito bonito, que vale a pena nós assumirmos e propagarmos. Eu gostaria de pontuar aqui, rapidamente, para não me demorar muito, gostaria de pontuar aqui algumas questões que julgo importantes. Em primeiro lugar: toda a caminhada verdadeiramente humana é de algum modo uma memória do passado e de algum modo, também, uma memória do futuro, memória do futuro no sentido de que o futuro de plenitude que nós almejamos, ele se atualiza no presente da caminhada do povo, das comunidades, dos grupos, de instituições como a Assembleia Legislativa que é a Casa do Povo, se atualiza de alguma maneira pela esperança, porque sem esperança não há projetos, sem memória não há projeto, porque a gente perde a identidade, sem a memória do passado. Mas, também, sem esta memória do futuro, da plenitude, do horizonte que a gente persegue; a gente não consegue fazer nenhum projeto. No âmbito da memória do passado, no que se refere à Campanha da Fraternidade, gostaria de resgatar aqui, um pouco o histórico dessa Campanha que justifica que torna justificável, sem dúvida esta Audiência Pública aqui na Assembleia Legislativa.

No ano de 1964, a Igreja realiza sua primeira Campanha da Fraternidade, numa fase em que a igreja se preocupou com questões internas da igreja, o tema daquele ano foi Igreja em Renovação, e o lema "Lembre-se: Você Também é Igreja". Porque naquele tempo, os cristãos ainda pensavam que a igreja eram os bispos e os padres, quando na realidade a igreja é o povo de Deus. E, assim, até 1972, a igreja se preocupou ano a ano com questões internas. Quando então em 1973, a igreja inicia uma nova fase na Campanha da Fraternidade, quando ela se preocupa com a realidade social do povo brasileiro; denunciando o pecado social e promovendo a justiça na esteira do Concílio Vaticano Segundo, realizado em Roma, na década de 1960, e das

Conferências de Medellín e Puebla, realizadas a primeira em 1968, em Medellín, e a segunda em 1979, em Puebla, a primeira na Colômbia, a segunda no México. A partir de então, a igreja tem se preocupado com temas sociais. Em 1975, o tema foi "Fraternidade é Repartir", o lema "Repartir o Pão". Em 1982, não vou citar todos os anos, "Educação e Fraternidade a Verdade vos Libertará". Em 1983, "Fraternidade e Violência", "Fraternidade sim, Violência Não", era o lema. E então a terceira fase da Campanha da Fraternidade iniciada em 1985, se preocupou com questões existenciais do povo brasileiro, como a fome, a terra, o problema do menor abandonado, o problema do negro que é discriminado, a questão da comunicação social no Brasil, ainda hoje um problema a ser resolvido, porque ela é monopolizada por algumas famílias que detém o domínio dos meios de comunicação social. E nós sabemos que não há democracia e não há povo, quando os meios de comunicação social são monopolizados. Então, naquele ano de 1989, a igreja refletiu sobre essa temática, acho muito importante resgatar este assunto. Em 1990, a temática da mulher. Em 1991, o problema do Mundo do Trabalho. Em 1992, "Juventude e Fraternidade". Em 1993, o problema da moradia, ainda hoje, a ser solucionado no âmbito da Sociedade Brasileira; milhões de famílias vivem sem casas, ou simplesmente em moradias precárias em nosso País. Em 1995, uma Campanha que marcou muito a igreja, também a sociedade, 'Fraternidade e os Excluídos'. Em 1985, foi ficando claro, que a mundialização ou a globalização, esta economia comandada por grandes corporações, que dominam a economia mundial se sobrepondo, inclusive, ao poder econômico de povos inteiros. Este modelo de economia globalizada estava criando uma legião, uma legião não, mas um grande contingente de excluídos, de pessoas que já não são exploradas, mas, são desnecessárias para o sistema. São

realmente obsoletas, são excluídas. Então, naquele ano de 1985, a Campanha da Fraternidade chamou a atenção para essa problemática que, desde então só se aprofundou. Em 1997, a temática dos encarcerados, e por aí vai. Em 1994, a problemática da água; em 2005, "Solidariedade e Paz"; em 2012, o problema da saúde pública. Em 2013, o problema da juventude num mundo de exclusão. Qual o horizonte de vida para a juventude? Então, a Campanha da Fraternidade, daquele ano, tratou desse assunto. E no ano de 2018, último ano, nós tivemos a Campanha da Fraternidade com o tema Fraternidade e Superação da Violência. Uma das maiores preocupações do povo brasileiro é com a violência, com os assassinatos, com os roubos, a destruição da vida. Essa realidade que vem ceifando a esperança do povo brasileiro. Um povo que precisa se preocupar com a própria segurança, não têm condições de planejar o seu futuro, pensar em questões muito importantes como a educação, como o planejamento da economia, tudo isso. Então, no ano passado, nós refletimos sobre a superação da violência por meio da fraternidade. Então, naquele ano, nós entendemos que não se enfrenta a violência somente com aparato policial, com a construção de presídio, com, digamos, a repressão ao crime. Nós precisamos, através da criação de mecanismos de solidariedade, políticas públicas estruturantes, enfrentar o problema em sua raiz. E neste ano, Fraternidade e Políticas Públicas. É uma temática da maior relevância, que diz respeito a todos nós, a todos os agentes aqui presentes, sobretudo, a esta Assembleia Legislativa, que é a Casa do Povo, que a gente parabeniza por todo empenho que tem demonstrado nos últimos, ao longo de sua história, na promoção do desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Quero Deputado Adelino, parabenizar aqui a Assembleia Legislativa por este prédio tão bem construído. Finalmente, a Casa do Povo tem um prédio bem construído, bem desenhado,

que pode oferecer as melhores condições aos nossos Deputados, para uma boa atuação, podem oferecer as melhores condições para a acolhida do povo, cidadãos de Rondônia aqui, de modo que agora nós temos, certamente, mais razão até para exigir deste Poder Legislativo, digamos, a formulação e os encaminhamentos necessários para resolver alguns gargalos que ainda restam aqui em nosso Estado de Rondônia. Problemática da saúde, problemática da moradia, são todas situações que nós precisamos, com criatividade e empenho, resolver e, certamente, não faltará empenho dos nossos Deputados nesta direção.

Gostaria de trazer presente, depois dessa digressão, e aí eu peço a desculpa de todos por me alongar tanto, me delongar tanto aqui na fala, o pensamento do Papa Francisco. Ele é sempre muito concreto; parte das questões simples da vida. Ele diz que: "o ideal da política é assegurar que toda família camponesa tenha terra para trabalhar". Nós sabemos da vocação do nosso Estado de Rondônia para a agricultura, para a pecuária. Então pensemos assim: vamos pensar em políticas públicas para assegurar a permanência dos pequenos agricultores em suas propriedades, mas, uma permanência sustentável, com dignidade, perspectiva de formação de escola para a juventude na roça, perspectivas de produção e escoamento da produção. Nosso Estado tem avançado muito nisso, mas, uma coisa preocupa, uma determinada modalidade de produção agrícola pode tragar a outra, pode engolir a outra. A gente sabe da importância do agronegócio para a economia do nosso País, mas, nós não podemos nos esquecer da agricultura familiar, que produz alimentos, que gera muito emprego, gera receitas para o nosso povo. Em segundo lugar, o Papa Francisco diz que o ideal da política é assegurar que toda família tenha trabalho de qualidade, com direitos, com direitos previdenciários assegurados, e aí nós nos

perguntamos: em Rondônia qual a qualidade do trabalho que é oferecido as nossas famílias? Milhares de famílias na cidade de Porto Velho vivem sem nenhum único empregado. Como viver com dignidade sem emprego? Aqui, cabe a nós buscar as soluções, detectar o problema e buscar formular políticas públicas que sejam capazes de solucionar esse problema. E terceiro lugar, a questão, enfim, acho que conclui, então: terra, trabalho e moradia. São três áreas importantes, sobre as quais nós devemos nos ocupar. E aí eu trago aqui para partilhar com vocês, a decisão que nós tomamos como igreja de Porto Velho, de lutar, no sentido de buscar uma compreensão de como são formuladas as políticas públicas na área de saneamento básico e como essas políticas públicas podem ser implementadas, sobretudo, tendo em vista a cidade de Porto Velho que tem menos de 5% de cobertura de saneamento básico. É um problema que não pede de nós um julgamento, que a gente fica apontando o dedo para este ou para aquele político. O que nós precisamos hoje, a tradição Cristã é enfática nisso, nós precisamos propor algo, propor uma solução, sair do nível, do âmbito do Muro das Lamentações e por a cabeça para funcionar e ver o que nós podemos fazer para minorar essa problemática que nos atinge a todos, inclusive, atinge pobres, classe média, ricos, todos padecem em razão de cidade mal planejadas, mal estruturadas que não contam com saneamento básico que é um item muito importante para que uma sociedade possa ser considerada minimamente desenvolvida. Então deixo aqui a minha saudação ao Deputado e a todos os demais, parabênzico pela iniciativa e desejo que ela seja frutífera.

O SR. AROLDO VASCONCELOS (Mestre de Cerimônias) - Deputado Adelino, antes de conferirmos apresentação à

palestra do Professor Fernando Novoa, que está aqui conosco. Nós gostaríamos aqui de agradecer algumas presenças nesta Audiência Pública do dia de hoje, gostaríamos de agradecer a presença do Henrique, do Joaquim, eles são membros do Conselho Arquidiocesano, do Santuário Arquidiocesano aqui de Porto Velho Nossa Senhora Aparecida; agradecer a presença também do produtor rural e empresário Vilmar Colete, ele que é membro do Fórum pela Cultura da Paz, que é uma ação da Campanha da Fraternidade 2018, concretizada entre abril e junho do ano passado e ele também representa aqui a Associação dos Produtores Rurais de Rondônia - APRO. Nós gostaríamos também de agradecer a presença e a participação aqui conosco do senhor Paulo de Lima Coelho, ele é Diretor Adjunto do Sistema de Água e Esgoto do Município de Vilhena. Agradecemos então a presença desses e todos que estão aqui conosco nesta manhã na Audiência Pública da Campanha da Fraternidade de 2019.

Devolvo então a palavra ao nosso Presidente Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Quero então parabenizar Padre pela sua explanação com muita objetividade falando alguns temas muito importantes e nós estamos documentando tudo e esperamos que no final a gente faça um documento de Publicidade para as propostas que saírem daqui, eu acho que é muito importante.

Então com a palavra o Doutor Luis Fernando Novoa, da Universidade Federal de Rondônia.

O SR. LUIS FERNANDO NOVOA - Agradeço o convite espero que o diálogo seja profícuo, que a gente possa sair daqui mais aproximados em torno de uma proposta, que a gente

possa ir avançando a partir desse diálogo que a Igreja Católica e a Arquidiocese aqui de Porto Velho protagonizam convocando sujeitos e agentes influenciadores, agentes públicos e privados para que a gente possa avançar em torno de consenso. A palavra consenso, ela é fundamental para entender qualquer forma de política e as políticas públicas são consensos continuados, o grande problema da administração pública é a continuidade, não sei se os senhores sabem disso, não é? A cada Governo que entra, a cada Legislatura, as prioridades vão se alternando e a população fica relegada, fica à mercê de programas imediatistas ou de agendas que no máximo duram meio mandato para se pensar na eleição seguinte, geralmente, que está geralmente no meio dos mandatos, eleição para o Executivo ou eleição para os Legislativos. E isso então certamente compromete a capacidade de universalizar serviços e de qualificar os serviços. O grande desafio das Políticas Públicas no Brasil deve-se a essa, digamos, essa falta de amadurecimento institucional da democracia brasileira, em que as prioridades sociais e nacionais, elas não são traduzidas efetivamente em instituições duradouras. Então eu acho sempre muito atual e premente colocar em Pauta a discussão das Políticas Públicas. A Campanha da Fraternidade, como já foi dita pelo Padre Valdecir, sempre foi uma forma de pautar a debate político nacional por décadas, mesmo em meio ao regime militar, essa arena pública que a Igreja Católica criou foi fundamental para arejar os espaços de discussão, para que a sociedade pudesse ter um espaço de debate em torno de temas que são prioritários. E mais do que nunca nesse momento em que passado o momento do regime militar, em pleno processo de democratização, com as conquistas já inseridas na Constituição, na legislação infraconstitucional, uma série de avanços institucionais verificados, mas, ao mesmo tempo

pouca efetivação e agora se soma pouca efetivação dessas conquistas, uma sombra, um espectro de retrocesso das conquistas institucionais, dessas conquistas democráticas que custaram décadas de luta, muitas vidas também se perderam para que esses avanços democráticos fossem inscritos no nosso arcabouço jurídico. E a gente se encontra no momento em que essas conquistas mal consolidadas foram, mal aplicadas foram, já querem ser, já querem que esses preceitos sejam retirados do nosso arcabouço. Então, é o momento de reafirmar esses princípios, esses preceitos e ao mesmo tempo de iluminar os caminhos de implementação, já que não se implementou, é preciso investigar, é preciso saber as causas, é preciso também reunir as forças necessárias para que a gente possa avançar na implementação das políticas públicas. Eu vou seguir aqui um roteiro e me ater ao tempo que foi já me destinado, para que o debate possa ocorrer com toda diversidade que ele tem. Bom, como nós estamos num País periférico, com todas as restrições que implica essa condição no mercado internacional; é evidente que os nossos Estados, os Estados, por exemplo, da América Latina como um todo, sempre estão sob restrição orçamentária e sempre estarão sob a pressão de ajustes fiscais, como se trata agora, neste momento, já vem alguns anos essa urgência de haver cortes orçamentários em função da solvência das finanças públicas. Isso vai pressionando a capacidade de execução, de efetivação das políticas públicas; necessariamente isso coloca margens mais estreitas para deliberação e para que as prioridades sociais sejam cumpridas. Mas, se isso é verdade, a gente não vai entrar no mérito aqui quais são os gargalos reais que fazem o orçamento público brasileiro se restringir desta forma e que nos obriga a cortes sucessivos, a gente não vai entrar nessa discussão da dívida pública. Mas, vamos considerar

que esse é o cenário objetivo, é necessário fazer restrições orçamentárias, cortes, contingenciamentos. Mais do que nunca então neste contexto, é preciso se ater as prioridades, aquilo que não pode ser, não pode fugir do nosso plano de ação, do nosso campo de visão como homens públicos, mulheres públicas, pessoas que estão na atuação social; essas prioridades, portanto, são inderrogáveis, elas são, portanto, objeto de máxima atenção, de máxima priorização das nossas ações. É nesse sentido que eu percebo, que foi essa lógica da discussão feita aqui, conduzida pela Arquidiocese de Porto Velho, de claro, colocado no marco geral: terra, trabalho, moradia, como norte eixos de atuação, no sentido de garantir cidadania plena para o cidadão de Rondônia. Mas, dentro desse marco geral, escolher um marco que é inescapável, porque sem direito a água e esgoto, sem direito a coleta de lixo e drenagem não se tem direito a mais nada, é um direito garantidor de outros direitos, é um direito fundamental da pessoa humana, portanto, o saneamento. Sem esse direito garantido, os demais ficam comprometidos e estamos em uma situação de absoluta degradação, desintegração social. Por isso, e nesse contexto financeiro orçamentário que nós nos encontramos no Brasil, posso dizer também no mundo e essas prioridades não podem ser abstraídas. Por isso, a Campanha da Fraternidade coloca políticas públicas, mas, acho muito relevante, importante que no marco das políticas públicas gerais, das prioridades sociais gerais, nós tenhamos capacidade de consensualizar os passos na direção daquilo que é indispensável, ou seja, direitos elementares, direitos fundamentais e elementares que não podem ser negligenciados, isso tem acontecido no Brasil, especialmente na região norte, a mais desatendida desse serviço básico e na nossa Capital que é colocada no ranking como a penúltima, pelos últimos dados apresentados era a

pior, a segunda menos atendida de saneamento básico em todo o Brasil. Sobre essa questão, eu preciso remeter a questão da própria cidade, há um movimento que pode se dizer, internacional, de resgatar os espaços públicos nas cidades, onde a crise se manifesta mais fortemente, crise social, crise econômica. Há uma resposta sadia da sociedade no sentido do alto cuidado, se as representações políticas estão em crise, os Estados sob suspeita de que há corrupção, de que há captura, há poucos espaços responsáveis e sérios de que apresentam políticas de continuidade, de compromisso com a sociedade, à resposta saudável da sociedade, claro, tentar fazer as renovações políticas como a gente verificou nas eleições brasileiras, a um esforço saudável, meritório nisso, os resultados teremos que avaliar e discutir melhor, mas, há propensão a renovação que parece ser fundamental no Brasil e no mundo. E esse esforço de renovação, se traduz de forma muito concreta em iniciativas de retomada de espaços comuns na cidade do mundo inteiro. Então, há um movimento, há um processo de mobilização social espontâneo, não dirigido por nenhuma ideologia específica, mas, que vem numa espécie de autoproteção, a sociedade quer se proteger, ela quer cuidar de si mesma. Então, as cidades têm sido alvo dessas iniciativas multi salutareis, por exemplo, praças, serviços, áreas ambientais, têm sido objetos de lutas para a sua socialização, seu acesso livre, o acesso compartilhado, a defesa desses espaços de forma que a gente possa conviver nas cidades. O saneamento básico, o saneamento ambiental como um todo representa essa luta por uma cidade compartilhada, por um espaço de convivência, em que a partir das cidades, a gente possa repensar um projeto de sociedade nova, que a gente possa recolocar toda a discussão da democracia efetivamente com o pé no chão, olhando horizontalmente para o lado, tendo capacidade de

dialogar, convivendo com a diferença, e com a heterogeneidade nas cidades é que nós seremos capazes de reconstruir os espaços públicos. Se nós não reconstruirmos espaços públicos, nós não temos capacidade de agregar opiniões, de agregar forças e seguir adiante em direção ao futuro, um futuro comum e compartilhado. Por isso, as cidades na minha avaliação, observando Brasil e mundo, são espaços de exercício de cidadania, exercício de um poder público novo, e isso tudo passa no caso brasileiro, aí é diferente dos outros Países, que já resolveram isso há muito tempo, a gente não resolveu ainda, o caso brasileiro é saneamento básico, temos que começar a lição lá do zero, lá ABC, lá do *bê-a-bá* e tentar resolver isso para que a gente possa criar um Pacto Cidadão, um pacto de cidadania elementar em que de fato, nós possamos ter uma cidade minimamente compartilhável, porque senão do contrário, nós teremos uma cidade segregada, crescentemente segregada. É muito preocupante que no Brasil, a moradia tenha se resolvido com favelização, periferização para os últimos cantos das cidades sem nenhum tipo de infraestrutura, e de outros lados os condomínios fechados, é assim que se tem resolvido a questão urbana no Brasil, e aqui em Porto Velho e aqui em Rondônia. Multiplicam-se os condomínios fechados, você privatiza, portanto, a sua solução urbana, você paga o condomínio, paga o condomínio mais alto, e aí tem a suas áreas de lazer internas, você tem o seu saneamento interno, ou seja, resolve a sua cidade. E aqueles que não têm dinheiro para pagar os condomínios, vão sim sendo colocados como se fossem zonas de sacrifício, são refugiados dentro do próprio país, estrangeiros, não precisa nem ser imigrantes escorraçados dos seus países vizinhos, para ser tratado quanto tal no Brasil, não tem direito absolutamente nada. E o planejamento compartilhado, continuado, não comparece. Para que a gente possa dar sinalização contrária

a essa trajetória a essa triste trajetória da política pública no Brasil, o saneamento é um bom começo, é o início de cicatrização dessas feridas, é um início de retomada do diálogo de uma abertura concreta que vai lendo discurso da retórica. Apresentar processos efetivos de planejamento, de expansão do saneamento básico é um estender as mãos para o diálogo verdadeiro, um diálogo que diz você aqui é meu irmão, nós somos cidadãos, vamos pensar o País que nós temos a construir adiante, e assim nós desarmamos as quadrilhas, os grupos de crime organizado, que tem a sua frente uma sociedade desestruturada, uma juventude totalmente sem destino, à disposição daquilo que for imediatamente vantajoso, e, é isso que se oferece a essas camadas da população, especialmente os jovens, que desempregados ou sem perspectiva profissional, recebendo serviços precários, acabam engrossando os exércitos informais aí do crime organizado de toda série de máfias que trabalham com a miséria. A indústria da miséria que tem tantas facetas e nós aqui em Rondônia, na Amazônia vemos como ela cresce, não para de crescer exatamente pela ausência de alternativas mais sistêmicas. Especificamente sobre o saneamento, como eu já disse é um o garantidor dos direitos, a universalização e a qualificação desse serviço, é fundamental. Nesse sentido houve um processo longo, uma batalha longa que eu participei também quando ainda morava em São Paulo, pela aprovação da Lei Nacional de Saneamento Ambiental, foram centenas de entidades, de lideranças, de personalidades acadêmicas que se juntaram para discutir esse marco regulatório do setor, procurando consolidar conquistas que a Constituição de 88, ali escrevia, como direitos fundamentais. Então, essa legislação foi fruto de muito debate, de muita discussão, inclusive com o setor privado que teve que fazer concessões, chegamos a um, digamos, a um acordo sobre a necessidade de expandir e de

qualificar esse serviço. O problema é que ao longo dos anos, e especialmente após 2016, governos com muito pouca legitimidade que vão e voltam para a prisão, tiveram que fazer acenos ao setor privado para se manter na cadeira presidencial. Eu não estou falando especificamente do ex-presidente Temer, que baixou duas Medidas Provisórias para rapidamente acenar com bônus para os investidores privados para que se mostrasse alguma serventia aquele cargo. Assim como fez magistralmente, entre aspas, Eduardo Cunha no Congresso, no sentido de aprovar legislações favoráveis a grupos empresariais, e é por isso que ele está preso. É porque negociou, fez do Congresso um balcão de negócios para atender determinados grupos empresariais, assim também o Presidente da República, não à toa os processos todos correm contra ele. E as Medidas Provisórias 844 e 868 alteram, desfiguram uma legislação construída com muito debate, com muito acordo social e técnico. E essa Medida Provisória continua aí em tramitação, continua em processo de avaliação no Congresso, agora a versão final é 868. E ela coloca em ameaça uma série de conquistas e que apontam para a privatização do setor. Qual o problema de privatizar saneamentos? Ora, se é uma condição para a cidadania, se todos os cidadãos precisam deste direito para ter outros direitos, se esse é um dever de casa, básico, da democracia brasileira que não foi cumprido, como é que você vai terceirizar essa responsabilidade? É uma atribuição fundamental dos órgãos públicos, universalizar e qualificar esses serviços. Privatizar quer dizer o seguinte: transforme este setor essencial em um setor de alto retorno, ou de retorno imediato, de retorno financeiro imediato. Não é compatível a lógica, a dinâmica do setor, de um setor essencial que pressupõe lastro público, orçamento público necessário para fazer que ele seja universalizado e qualificado e o retorno financeiro. Não há

como compatibilizar as duas coisas. A única forma de compatibilizar uma privatização eficiente e universalização é o Estado fazer aportes a empresa privada, é fazer subsídio. Então entramos em uma lógica totalmente esquizofrênica. Se você vai privatizar porque não tem recurso público, como é que você vai depositar subsídio para a empresa privada? Como é que você vai permitir que ela use a tarifa como forma de retorno financeiro, assim como estamos vendo na questão de energia aqui em Rondônia. Não podemos imaginar que o saneamento básico vai ser universalizado com recomposição tarifária constante, aumento, recomposição tarifária, não vai ser dessa forma que vai se universalizar, aliás, o contrário, esse marco regulatório proposto no Governo anterior e que se mantém em tramitação no Congresso hoje, ele anuncia que os municípios de maior retorno financeiro é que serão privatizados imediatamente, e os municípios que não têm estrutura suficiente vão ficar a cargo do setor público. Então o filé mignon vai para as empresas, é como costuma fazer a privatização.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Professor, gostaria que o senhor fosse mais objetivo porque nós temos muitas falas ainda.

O SR. LUIS FERNANDO NOVOA - Certo, vamos concluir. Já estou no meu segundo ponto. É o penúltimo ponto. Então os setores mais rentáveis são logo transferidos e você deixa os seus municípios que não têm estrutura para o setor público. Então o filé mignon vai para as empresas e nós ficamos com aquilo que é o custo maior, o setor público fica com o custo maior. Desta forma você não só fragmenta as cidades menores e maiores, deixando as cidades menores

totalmente desatendidas, como você também fragmenta a própria cidade em si. No caso de Manaus é claro. Privatizou o serviço de Saneamento de água de Manaus, as periferias ficaram abandonadas. Só se fez serviço de qualificação e de expansão na área urbanizada. Então você então aumenta, incrementa aquilo que eu chamei aqui da fragmentação Urbana, desta segregação urbana entre áreas incluídas e áreas excluídas.

No sentido para terminar, é preciso que nós observemos com muito cuidado a proposta de privatização da CAERD, porque com todos os problemas que tem o sistema público de saneamento. O que cabe fazer é qualificar este serviço, é democratizar este serviço, não simplesmente privatizar. Essa fórmula quimera, uma quimera, uma fórmula mágica. Está com problema? Privatiza, como se a privatização fosse sinônimo de eficiência. Ora, vamos ver o setor da mineração a privatização da Vale representou o quê em termos de segurança para a população de Minas Gerais? O sistema de telefonia. Aquilo que nós temos como sistemas privados são privados por Excelência? Ou dependa de regulação em controle social? Então é preciso observar que alguns setores não podem ser objetos de privatização, muito menos de uma privatização irrestrita. E é curioso que a privatização da CAERD tenha sido colocada como prioritária já a partir de 2016 que seja o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, que esteja formatando o processo de privatização com recursos públicos. Então o Banco Nacional faz a formatação da privatização o mais rentável possível, depois a privatização é feita, ele financia o processo de compra de aquisição daquele serviço essencial e depois, se há problemas de equilíbrio financeiro, de reequilíbrio financeiro das contas da empresa privatizada, o Governo assume em contrato que vai estabelecer subsídios para

manter o equilíbrio financeiro daquele negócio. Então, realmente, não há sentido em privatizar, muito menos nesse formato, quando nós podemos democratizar, modernizar o sistema. Fazer parcerias público/públicas, não parcerias públicos privadas, reunir em consórcios os diversos órgãos do sistema de saneamento público do Brasil. Fazer parcerias, inclusive internacionais, países em já amadureceu e que ninguém mexe, até a Inglaterra apossou pela Thatcher, não mexeu no sistema de saneamento, porque isso vem desde o século XIX, o sistema de saneamento inglês é público, não se altera isso, pode ter governo conservador e liberal, mas, não mexe naquilo que é sagrado para a população. E é isso que nós queremos avançar aqui no Brasil, que algumas coisas sejam sagradas, que independente das nossas opções ideológicas, dos nossos sonhos e aspirações, nós tenhamos questões compartilhadas e que seja de todos verdadeiramente. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Quero agradecer a suas palavras, com certeza, um debate muito importante. Mas, antes do próximo palestrante, nós gostaríamos de abrir aqui, até pedir desculpas, podia ter aberto no começo para a Fabiane, que faz parte aqui, que está representando a SEAS, está representando o Governo do Estado, Fabiane Passarini, para que ela fale também, sobre os projetos do Estado e o que a SEAS tem para falar para nós.

A SRA. FABIANE PASSARINI - Obrigada. Primeiramente, assim, bom dia a todos e a todas. Em nome do Deputado Adelino, cumprimentar toda a Mesa e dizer, assim, que em nome da Secretaria Luana, a gente agradece imensamente o convite Deputado, é sempre uma honra estar nesta Casa, que é

uma Casa que está aqui, realmente, para ouvir a população e levar isso para o Governo do Estado.

Dizer a todos, que essa questão da religião na construção e, eu falo da religião como um todo, de todas as formas de religião na construção das políticas públicas. Porque, eu sempre coloco muito isso no meu dia a dia de trabalho, eu sempre digo, assim, a gente consegue, às vezes, tocar a parte material, mas, a alma que é onde tem que iniciar todo processo de modificação, de reconstrução, de reavaliação que a gente também precisa alcançar e, a gente só consegue alcançar isso com toda essa reflexão que a religião traz para a nossa vida. Eu acho importantíssimo, especialmente, também, quando a gente fala de políticas públicas sociais, que, na verdade, todas as políticas públicas são sociais, porque todas estão a serviço de chegar ao bem-estar de todos.

Enquanto Secretaria de Estado, nós estamos assim, numa gestão nova, e toda a gestão nova assim como nesta Casa, a Assembleia é uma gestão que inicia cheia de esperanças, de renovação, de novas atuações, de novos jeitos de se alcançar resultados. E a gente está, assim, enquanto Secretaria, incansavelmente, buscando materializar e levar a população essa esperança, que a gente possa atender essa esperança, essa demanda que veio agora das urnas. E, assim, eu até brinco, já têm acho que uns dois meses que eu não saio do CPA vendo a luz do dia. É de sete horas da noite em diante. A gente está trabalhando tanto com esse planejamento interno de arrumar a casa, a gente já tem consciência total que a gente precisa arrumar muita coisa dentro da nossa Secretaria, reavaliar alguns procedimentos, estabelecer novos procedimentos, inclusive, a gente já está fazendo um pacote de alteração de algumas legislações nossas internas, deve estar vindo logo para esta Casa para

a gente discutir, inclusive, a gente está instituindo o Sistema Único da Assistência no Estado em forma de lei, já existe o Sistema Único Nacional, mas, a gente não tinha o marco legal enquanto Estado, a gente está fazendo todas essas alterações. Dizer a todos, também, que nós estamos em planejamento, já para o nosso próximo PPA. Inclusive, eu até anotei aqui, já tem o link da própria Secretaria de Planejamento para a participação popular, posso até deixar com vocês, anotei aqui. As audiências públicas já estão sendo planejadas para esse mês de abril. A SEPOG já tem até um calendário para a realização das audiências públicas. Mas, também, existe, agora, no site da SEPOG um link para que toda a população possa participar e contribuir com o novo planejamento dos próximos 04 anos, que é onde a gente vai conseguir, realmente, redefinir as nossas políticas, enquanto Estado e casar com a questão orçamentária. Enquanto Secretaria, a gente está avaliando internamente aquilo que a gente pode executar enquanto serviço, aquilo que é de competência do município, o que é de competência do município de que forma a gente pode auxiliar o município nessa execução dos serviços. A Secretaria de Estado, hoje, além do Sistema Único da Assistência, que é pelo qual eu estou respondendo, a gente tem mais alguns eixos sendo trabalhados: a gente tem a questão do Programa de Habitação, a gente tem a Inclusão Produtiva, a gente tem os Direitos Humanos, inserido dentro da nossa Secretaria, a gente tem, também, um braço das Políticas de Cidadania, e temos, também, a questão do trabalho e renda, que também está dentro da nossa pasta.

Então, a gente já está fazendo toda essa reavaliação de como a gente vai trabalhar. Este ano, a título de orçamento, a nossa Secretaria ficou com um dos orçamentos mais baixos dos últimos 8 anos. Então, nós estamos, assim, com algumas barreiras do ponto de vista econômico, para

executar algumas ações, mas, a gente já está trabalhando dentro de um planejamento já para este ano, até para a gente poder solicitar os remanejamentos de recursos, internamente. Para o próximo quadriênio, a gente já está também reavaliando alguns programas novos, que a gente pode trazer. Nós já identificamos, com relação à questão do saneamento básico, não é uma matéria que é tratada dentro da nossa Secretaria, porém, a gente tem os programas habitacionais que não são programas do Governo do Estado, são programas federais, no qual o Estado só fez a implementação, mas, que também falharam nessa questão de saneamento básico e estão falhando na questão da infraestrutura complementar que a gente sabe que houve falhas no planejamento. Pensou-se em dar um teto, mas, não se pensou em todas as implicações e todos os serviços complementares que tinham que ter sido vindo. A gente já está fazendo essa nova reavaliação. Existem demandas que não são nossas, mas, que o Governo do Estado vai cobrar de quem é; as demandas, para que sejam implantadas. E o que for de competência nossa, a gente está vendo, para assumir realmente de fato, e tentar fazer alguma diferença. Com relação ao que o Padre falou também, da questão do trabalho, a gente já está, inclusive, hoje tem uma reunião com a Escola Profissionalizante do Estado, para que a gente possa levar formação de fato, para que a gente possa trabalhar a questão de geração de renda.

Dentro do Sistema Único da Assistência também, a gente está fazendo algumas reavaliações, enquanto o Governo do Estado, nas outras gestões, a gente teve muitas falhas com relação ao aporte e à cobertura aos municípios. Então, a gente também está fazendo toda essa reavaliação conjunta e tem muita coisa que fazer. A gente até tem várias ideias, a gente está, inclusive eu deixo aberto para que, tanto a Igreja Católica como as outras Igrejas e a própria

Universidade que tenham projetos novos, que sejam viáveis e que a gente possa executar, a gente está recebendo. A gente já está numa chuva de ideias lá, internamente. Como a gente vai fazer ainda e de que forma e de onde vai sair, é o segundo passo, mas, a gente está recebendo para que a gente possa acolher e que não fique só voltado para cá, mas, que a gente possa atingir os municípios de pequeno porte, que é onde, hoje, está à maior demanda nossa, e que é praticamente o maior percentual do Estado, são os municípios de pequeno porte e que a gente acaba dando atenção aos maiores e os pequenos vão ficando. E a gente está com uma demanda muito grande de problemas sociais, justamente nesses pequenos, porque eles não têm a rede de serviços. Eles têm o problema, mas, não tem a rede de serviços, quem tem são os municípios maiores, que também já está sobrecarregada. Então a gente está fazendo essa reflexão interna de como que a gente pode alcançar esses municípios de pequeno porte.

Então, assim, a Secretaria está aberta a todas as organizações sociais que queiram, que possam propor, que possam apresentar, que nos traga essa discussão também, que a gente precisa. A gente já está vendo de que forma a gente pode estar acolhendo essa participação, pelas Audiências Públicas, para implementar novos programas, novos projetos. Então a gente está aberta ao recebimento de novas demandas, para que a gente possa trabalhar o nosso próximo planejamento. E agradeço a todos, Deputado. A gente está aqui, no que mais for da nossa pasta, para que a gente possa responder.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecer as palavras da Fabiane. Nós temos aqui, agora, Maria Elilde Menezes dos Santos, Diretora Executiva, representando a

SEJUS. Mas, eu gostaria, antes, de registrar a presença do Joel Mauro Magalhães, Presidente do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE - Rondônia. Agradecer a presença aqui. Nós temos o Jonas César Pinto, também representando a Paróquia São Francisco. Veio aqui só para isso. Gostaria que fizesse parte aqui na frente, também. Mas, o Jonas está representando a Paróquia São Francisco, lá de Ariquemes.

Então, com a palavra, Maria Elilde Menezes dos Santos, representando a SEJUS.

A SRA. MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS - Quero cumprimentar todos os presentes, na pessoa do nosso Deputado Adelino, compartilho aqui as palavras da Fabiane, quando ela disse que estamos trabalhando, saímos sem ver a luz do sol, quase todos os dias e compartilho também do que ela disse, no sentido de que, quando chega uma nova gestão, vem a esperança, vem aquela confiança de dias melhores, de prosperidade no trabalho. E a Secretaria de Justiça, através da nossa Secretária Etelvina, eu quero aqui parabenizar o trabalho que a Pastoral Carcerária realiza nas nossas unidades prisionais. É um trabalho brilhante! O trabalho que a Pastoral semanalmente através do Padre Juquinha e sua equipe, transformando vidas, pacificando as nossas unidades prisionais. São grupos, muitas igrejas evangélicas, hoje nós temos 36 cadastradas, que estão ali como voluntários, pessoas da sociedade, que toda semana deixam suas casas, deixam seu conforto para contribuírem com a sua evangelização, isso faz toda diferença no interior das nossas unidades prisionais. Eu quero compartilhar uma palavra de um dos nossos Diretores de segurança uma vez ele disse: "olha quando os evangélicos, quando as igrejas estão aqui realizando o trabalho é o dia

que a gente tem mais paz na unidade". Então essa é uma realidade que nós muito nos alegramos em compartilhar com todos vocês.

Nas palavras do nosso Professor Luis Fernando, essa preocupação com relação à continuidade, realmente isso é uma preocupação sempre muito grande e quando nós estamos agora também, como disse a Fabiane trabalhando a questão do Plano Plurianual, a SEPOG realmente, já abriu os trabalhos para isso, inclusive, Fabiane já tem agendada a Audiência Pública para Porto Velho que será no dia 30 de abril e nós temos ali um trabalho excelente da Secretaria de Planejamento, vocês poderão verificar junto ao site com todas as informações para que a sociedade participe dessa discussão para que a gente consiga implementar políticas realmente sustentáveis e para que realmente tenham continuidade.

Algo também muito positivo com relação ao orçamento público, é que foi inserido um programa chamado PEDS - Programa de Desenvolvimento Sustentável, e cada unidade gestora e assim eu estava enquanto na elaboração da LOA nos treinamentos, nós temos um programa, nós temos três programas como Secretaria de Justiça dentro do nosso PPA, onde 12 ações estão ali dentro desses três programas e um dos programas é o Rondônia Segura que está inserido no PEDS e o PEDS ele se tornou norma constitucional justamente por conta dessa continuidade que é necessária, foi aprovado como Emenda Constitucional para que por 30 anos os gestores; não importa quem entra, quem saia, eles precisam se concentrar naqueles programas, naquelas ações que foram planejadas. Então é algo muito positivo, convido os senhores, as senhoras a conhecerem os programas de cada unidade gestora que estão inseridas dentro desse Programa de Desenvolvimento.

Então enquanto Secretaria de Justiça, nós temos um compromisso muito grande com essa questão social. Notadamente em mudar e procurar mudar o senso comum de que a população carcerária, ela é menos importante. E na prática, nós já vemos isso queria só compartilhar uma experiência para vocês eu passei vários anos na unidade prisional e um dia quando eu retornei para trabalhar no CPA, também um local muito agradável, onde nós trabalhamos no ambiente muito agradável como esse aqui, subindo no elevador tinha um rapaz muito bem vestido e muito elegante e eu fiquei olhando, eu digo: "eu conheço essa pessoa de algum lugar". E aí quando eu cheguei ao meu local de trabalho o vi para lá e para cá, trabalhando, realizando as atividades na Secretaria e aí eu fiquei, de onde que eu conheço. Eu fui falar com ele. Eu digo: "eu conheço você de algum lugar". Ele disse: "quando você trabalhava lá na Unidade Vale do Guaporé, eu era preso". Aquilo tocou meu coração de uma forma, porque para mim, ele era um colega de trabalho, um colega de trabalho. E aí eu disse: gente, é possível a transformação, é possível. E essa transformação, nós vemos de uma maneira muito poderosa através do trabalho. Hoje nós temos no CPA trabalhando conosco mais de 50 reeducandos, mais de 50 reeducandos. Muitas vezes a gente vê o senso comum dizendo assim: "sim, mas, o preso tem essa regalia, tem trabalho e uma pessoa de bem não tem". Só que nós temos que pensar e essa consciência eu já adquiri lá na Academia, sou Agente Penitenciária, e, lá na Academia eu adquiri essa consciência de que a pessoa entra no sistema prisional, ela precisa sair melhor do que ela entrou para que ela não volte a reincidir. Isso é algo muito importante que a sociedade precisa entender e trabalhar junto, em conjunto para que se torne realidade e faz diferença que a sociedade realmente desempenhe esse papel em conjunto com o Governo nas políticas públicas.

Então, o nosso propósito hoje, como Secretaria que administra o sistema prisional é fazer com que os nossos reeducandos tenham trabalho, tenham oportunidade de trabalho. A Secretária Etelvina Rocha, ela realizou uma viagem a pouco tempo para conhecer uma cadeia, um presídio onde 100% dos apenados trabalham, são mais de 900 presos e eu ficava assim pensando: "gente, isso não deve ser verdade". Pois existe. É lá em Santa Catarina. Lá foram implementadas indústrias, tem indústrias lá dentro, onde todos os reeducandos trabalham e a reincidência é praticamente zero.

Então esse é o nosso objetivo, esse é o objetivo dessa gestão, realmente, praticar os programas, realizar um PPA que realmente funcione, que seja sustentável e a gente está trabalhando a nossa equipe para que isso seja uma realidade, não fique somente no sonho, no planejamento, mas, que seja uma realidade.

Quero agradecer também, esse ano, inclusive, nós tivemos 44 reeducandos que passaram no vestibular para UNIR, muitos já foram matriculados, justamente resultado do trabalho que vem sendo realizado dentro da unidade prisional. Então, eu agradeço muito, agradecemos a oportunidade e que Deus abençoe a todos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecemos suas palavras, com certeza é um trabalho, é um desafio muito grande cuidar desses presos. Eu vejo um projeto muito importante lá em Buritis, já duas vezes, com emendas lá, para poder dentro do presídio bloquetes, fazendo manilhas. E hoje eu vejo muitos lá em parceria com a Prefeitura, em parceria com o Estado, eu acho que isso poderia estender em todos, lá em Machadinho, nós estamos sugerindo que seja implantado esse programa, tem que ter atividade para o

pessoal lá dentro. Mas, é um desafio muito grande, mas, com certeza nós temos que arrumar.

Nós temos aqui antes do próximo palestrante, registrar a presença aqui dos Membros do Conselho Indígena, Missionários - CIMI, está presente aqui também, a Irmã também estava presente; agradecer a presença. Antes de abrir para o próximo palestrante, eu gostaria também de ouvir o Carlos Oliveira, Presidente do Conselho Arquidiocesano dos Cristãos Leigos e Leigas aqui de Porto Velho. Fazer uma palavrinha, rapidinho, nós temos objetivos, para gente não estender muito.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Bom dia a todos. Bom dia ao Deputado Adelino Follador, a qual eu cumprimento a todos da Mesa; Padre Valdecir, representando aqui o nosso Arcebispo Dom Roque, que não está presente aqui conosco, não desmerecendo claro, a presença do Padre Valdecir, mas, ele gostaria muito de estar presente, ele entende, compreende que esse espaço, é um espaço importante para que se consolide a participação popular, da sociedade, não só dos cristãos de todas as denominações, mas, da população que efetivamente contribui com o debate público e ele está num retiro espiritual que já estava agendado e ele gosta muito de dizer que se ele não participar desses momentos, ele perde o emprego dele. Então, ele pediu para que pudesse, Deputado, desejar aqui e agradecer pela iniciativa e que a Arquidiocese, como bem já falou o Padre Valdecir, está sempre à disposição para poder contribuir naquilo que é pertinente a população e, sobretudo, a área em que a Arquidiocese tem a sua atuação, que é a região de Porto Velho e a região de Ariquemes, os 09 municípios, os 08 municípios da grande região de Ariquemes. Esse tema da Campanha da Fraternidade é um tema extremamente importante

para nós cristãos, e, aí não só os cristãos da nossa Igreja Católica e Apostólica, mas, os cristãos de modo geral, inclusive, das nossas igrejas irmãs que também têm dado a sua contribuição naquilo que é possível dar na perspectiva de se consolidar algumas políticas públicas. A campanha, ela permite que nós cristãos e aí mais internamente para nós da nossa igreja, de termos um olhar para toda essa realidade que já vem se permanecendo ao longo dos anos e, sobretudo, como bem coloca o Professor Novoa, de que está aí na eminência de que se algumas coisas que já estavam se consolidando, corre-se o risco de se perder nessa nova ideia que se está construindo no Brasil, de que precisa em nome do patriotismo, em nome de uma série de outras questões, rever direitos. Isso é preocupante e nós enquanto cristãos da igreja que temos como princípio, a sociedade mais humana, uma sociedade mais justa, temos que tomar cuidado para que nós não possamos sustentar essa ideia de que é preciso fazer essa revisão generalizada de tudo que está colocado para nós enquanto direitos. Para não me alongar, queria dizer que nós do Conselho Arquidiocesano com orientação dos princípios da igreja e, sobretudo, a luz do Evangelho estamos fazendo um trabalho e toda base da igreja, dos municípios, fazendo com que os nossos irmãos possam começar a atuar de forma mais qualificada, de forma mais organizada e de forma consciente daquilo que é de fato o papel que o próprio Cristo nos deu quando Ele nos diz que nós precisamos ir anunciar boa nova aos confins da Terra. E ao anunciar essa boa nova, é dizer que o reino em que Ele, que nós participemos, é um reino de justiça e de paz que nós precisamos, sobretudo, buscarmos construir ainda nesse plano. E aí o Conselho vem fazendo essas discussões para que nós possamos de fato exercer essa missão a qual nós somos chamados. Essa missão, não só voltada para internamente dentro da igreja, a estrutura interna da

igreja, mas, sobretudo atuar de forma qualificada, testemunhando esse amor verdadeiro dessa sociedade, a qual o nosso Protagonista maior nos deixou escrito, e, sobretudo como sujeito da sua própria vida, nos deu como exemplo, que foi a sua caminhada entre nós. Dizer também que na fala do professor Novoa, e pegando como orientação de que a igreja coloca para que nós possamos discutir aqui em Porto Velho, em toda a sua dimensão do Estado, que é a questão do saneamento, nós temos exemplos, que muitas vezes não são lembrados, Professor. Eu sou morador do Bairro Tancredo Neves, há trinta e seis anos, desde 85, eu moro naquele bairro, quando eu ainda era jovem quando eu cheguei lá da minha cidade, eu tinha 13 anos. Eu fui presidente do bairro na época em 93 até 96, e nós fizemos um projeto inovador naquela época, um projeto de saneamento básico, em quatro ruas do Tancredo Neves hoje existe saneamento básico, que não conta nessa estatística de saneamento básico em Porto Velho. A minha casa, por exemplo, lá, não existe fossa séptica, é tudo canalizado para a rede de tratamento, e funciona há quase trinta anos, mas, só funciona por quê? Aí, eu quero ressaltar uma coisa que o senhor coloca, que é quando a população, a participação popular, porque foi feito com a participação das pessoas, foi feito com a participação dos moradores, por isso, que há um cuidado, que todo mundo cuida, todo mundo zela. Em uma ação da Prefeitura em 2007, eles foram fazer a pavimentação asfáltica de duas ruas que passavam transversalmente nas ruas que são atendidas com saneamento, irresponsavelmente, o dono da empresa cortou o cano, cortou literalmente o cano que dava o escoamento da rede, tapou e passou o asfalto, dois dias depois, nós não conseguíamos dentro das nossas casas entender porque que estava tendo tanto retorno. Por graça divina, podemos dizer assim, um dos moradores que não é atendido com a rede, viu quando o indivíduo lá da empresa

estava fazendo, cortou o cano, jogou fora a parte que ele estava tirando, tampou e ele disse: "não, esse problema, foi causado pela empresa". Isso criou um mal estar tão grande, que inclusive teve polícia, teve Ministério Público, em menos de 24 horas, a empresa teve que tirar toda a parte asfáltica que fez e fazer novamente o reparo que ele tinha feito. Então, de modo que essas experiências de saneamento básico, quando existe um envolvimento efetivo da população, quando ela é convidada para implementar uma política a qual ela tem necessidade, eu não tenho dúvida de que ela zela e que ela cuida por aquela política. Mas, ela precisa ser inserida desde o início, desde o início, não é implementar uma política e depois dela implementada, você chamar a população para participar, não fazer esse processo inverso.

Então, eu queria registrar aqui de que tem condições de nós fazermos uma política de saneamento básico, eficiente, capaz de atender sim as necessidades da população quando nós a envolvemos, quando nós a chamamos para discutir e, inclusive, para dizer como que ela pode estar efetivamente contribuindo. Então, só concluindo essa fala. Dizer que nesse sistema em que não agrega, mas, que desagrega, que cria bolsões de miséria, de desemprego, que ele está colocado aí para nós, não é só no Brasil, mas, isso é uma onda que vem aí nos países no modo geral e que o Brasil está também assimilando isso como uma estratégia de desenvolvimento. O Papa Francisco, ele nos ensina muito quando ele diz que no mundo não existe duas ou três crises, existe apenas uma única crise, e ela é uma crise que engloba todos os setores que compõem a sociedade, é uma crise que é ambiental, que é institucional, que é religiosa e que nós precisamos então ter consciência de que o papel nosso, como agente que busca efetivamente ser um agente de transformação, de transformador dessa sociedade. Precisamos

saber em que momento histórico esse que nós vivendo, para, a partir, daí nós irmos construindo momentos saudáveis e espaços de discussão coletiva. Quero agradecer então a minha presença aqui e dizer que a Arquidiocese está à disposição também para as demais instituições para que nós possamos aprofundar esse diálogo das Políticas Públicas. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR(Presidente) - Agradecer então essas palavras, com certeza essa participação da sociedade nos projetos, nestas discussões é muito importantes. Mas, antes de passar ao próximo que seria o Tiago para falar, mas, eu gostaria aqui nós temos um representante da Igreja Assembleia de Deus Central, do Pastor Joel, não é? Então eu gostaria, o presbítero Moisés Porfírio, representando a Igreja Assembleia de Deus Central, aqui de Porto Velho, para nós é um prazer tê-lo aqui conosco, abrir uma palavra para que se manifeste.

O SR. MOISÉS PORFÍRIO - Bom dia a todos! Em nome do Presidente Deputado Adelino, cumprimentar também a plateia aí. Que Deus abençoe a todos neste tema importante. Nossas palavras são sucintas, nós caímos dando exemplo do Pastor Joel. O Pastor Joel ele chega às reuniões e geralmente ele entra calado e sai calado.

Mas, minha gente, queria parabenizar aí pelo proponente o Deputado pela coragem e falar de políticas públicas é receber muitas críticas. E como recai sobre os ombros dos senhores essa responsabilidade política, mas, que todos nós somos políticos e todos nós sabemos disto. O Reverendo falou sobre a igreja, e igreja é o povo, o povo é a igreja, claro dentro das suas especificidades. Estamos

trazendo uma palavra do Pastor Joel no sentido de apoio, do voto, se for preciso, se for necessário nós estamos abertos para conversamos e também para apoiar. Deus abençoe o tema proposto pela igreja, pelo Deputado, pela Casa. E só pontuar que a nossa igreja, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, também desenvolve os trabalhos dentro deste campo da Fraternidade. Por exemplo, neste momento nós temos dois barcos e eles estão descendo para atender os ribeirinhos nesta questão das cheias. E nós descemos geralmente de três em três meses com aproximadamente 400 cestas básicas no barco para atender, não só nossos irmãos, mas aqueles que precisam. Nós temos 130 missionários em campo com famílias que a igreja ajuda, inclusive, agora dia 18 de abril nós temos o Congresso de Missões, já é o 17º, vocês todos estão convidados. No Congresso de Missões a gente abraça a todos na importância, ou na intenção também de arrecadarmos fundos para ajudarmos os missionários no campo, são 130 famílias. As igrejas, aliás, a igreja, e assim como eu penso que todas, dependem de doações porque são instituições sem fins lucrativos, portanto, é bancada pelos fiéis. Os fiéis precisam ter emprego, ter renda. Parabenizamos, inclusive, o Governo Municipal e o Estadual que mantém os salários pagos em dia, dentro do mês, etc. Isso nos favorece, porque no geral a Capital é bancada com os salários dos funcionários públicos. E as igrejas, estas doações vêm dos fiéis. Então as igrejas conseguem manter essa relação social em função do recurso, que é como diz a Bíblia: "dado com alegria", para ajudar nestas questões.

Então esperamos que tenhamos sucesso, mais sucesso, através da Arquidiocese que levanta esse tema da Fraternidade e Políticas Públicas tão necessárias no nosso meio, no nosso cotidiano hoje. Deus abençoe vocês em nome de Jesus!

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Obrigado por suas palavras.

Até conversando com o Padre aqui, nos estávamos vendo aqui que tem vários temas que foram ecumênicos, o CONIC - Conselho Nacional das Igrejas Cristãs. Esse tema deste ano não é, mas em 2000 foi: 'Dignidade Humana e Paz', foi ecumênico; nós temos outro em 2010 também: 'Economia e Vida, Vocês Não Podem Servir a Deus e ao Dinheiro', também foi um tema ecumênico. Eu acho muito importante esta união das igrejas fazer este trabalho. E hoje eu destaco também a Igreja Católica lá em Alto Paraíso trabalhando para a Fazenda Esperança. O único Estado, Rondônia, que não tinha uma Fazenda Esperança. Hoje o Padre Leylson está convocando todos, inclusive, doações do Estado todo para poder ajudar. Então eu quero parabenizar porque isso é trabalhar em Políticas Públicas. Nós temos estes nossos irmãos, as igrejas evangélicas também fazem um trabalho muito importante, mas, muitas vezes nós não temos aonde levar essas pessoas, aonde conduzir, para que elas tenham oportunidade e hoje, precisa a parte espiritual, precisa a parte de apoio e, com certeza, vai ser um grande trabalho na igreja lá em Alto Paraíso.

Então, com a palavra o palestrante, gostaria que não fosse muito extenso, Thiago Sitta, que é através do Projeto PANA Cáritas, atende imigrantes refugiados, e ele também é psicólogo, também. Com a palavra.

O SR. THIAGO SITTA - Bom dia a todos. Em nome da senhora Iara Davis, eu gostaria de primeiro, cumprimentar o Excelentíssimo proponente, o senhor Deputado Adelino Follador; o senhor Padre Valdecir, aqui representando o

Arcebispo Dom Roque; a Universidade Federal de Rondônia, pela prestação de apoio, auxílio e iniciativas diversas, diversas em atenção a migrantes e refugiados, e o cumprimento e a gratidão a todas as demais denominações religiosas.

O trabalho com migrantes e refugiados tem sido levado a cabo pelas instituições religiosas e pela Academia, organizações de terceiro setor e ONGs. Eu gostaria de começar falando de empatia. Política Pública é oferecer ao outro aquilo que nós gostaríamos de possuir, aquilo que a maioria de nós, pelo menos os aqui presentes possuem. É preciso ter empatia em relação ao outro, é preciso. A Irmã Orila, da Pastoral do Migrante, falava muito em andar com o sapato do outro. E já foi, já foi assim, porque esse Estado é um Estado essencialmente formado por pessoas que vieram de fora. A maioria de nós, talvez, aqui dentro não seja de Rondônia, é outro fluxo é mais interno, mas, é um fluxo e, que nacionalismos e territorialismos, talvez, impedissem essa vinda nossa, dos nossos pais. Eu estive, curiosamente, pesquisando no site da Assembleia, me parece que o senhor, também, já foi imigrante, o senhor Deputado, estudou na Suíça.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente)- Meus três filhos são todos daqui, já tenho seis netos aqui, todos nascidos em Rondônia, mas, sou imigrante, com certeza. Do Rio Grande do Sul fui para a Suíça, depois voltei para Rondônia e estou aqui até hoje, há 41 anos.

O SR. THIAGO SITTA - Gostaria de citar e agradecer em nome da população imigrante, a minha companheira que está

ali com a camisa de Voluntário da Cáritas, ela também é imigrante.

Participação social é preciso, e assim, as pessoas se locomovem pela terra em busca de melhores condições, eu saí do País para estudar, o senhor saiu do País para estudar. Qual é o mérito disso? E nós fomos recepcionados lá fora. É curioso que o Ministério das Relações Exteriores, ele estima que existam dois milhões e meio de brasileiro fora do Brasil, e apenas um milhão e meio de imigrantes dentro do Brasil. Nós temos uma dívida, pelo menos matematicamente sendo bastante simples, existe uma dívida. Nós temos mais brasileiros fora do que imigrantes dentro. É preciso pensar em Política Pública para a população imigrante. Essa proporção só a título de ilustração, a Colômbia com uma economia muito mais frágil, com um governo também, conservador, tem 15 vezes o número de imigrantes venezuelanos que o Brasil. E curiosamente, as instituições não têm repercutido ou procurado no imigrante um bode expiatório para problemas que são nossos, e são históricos, e estão aqui desde antes da chegada das pessoas, dos imigrantes, especialmente, agora, nesse momento dos venezuelanos.

Em 24 de maio de 2017, a gente teve uma alteração essencial na Lei de Imigração, que agora é Lei de Imigração, antes era Estatuto do Estrangeiro. Pensado numa perspectiva durante o Regime Militar em 1970, pensava, então, na Segurança Pública e na ameaça que o cidadão estrangeiro causa a soberania nacional. A Lei 3.445, de 24 de maio de 2017, ela muda bastante isso, ela tem uma perspectiva de acolhida e de Direitos Humanos. O decreto, contudo, o decreto que regulamenta a Lei, parece um tanto esquizóide, também, porque não parece nem falar da mesma coisa. Mas, enfim, a lei está acima do decreto.

Eu vou citar só os dois primeiros artigos: Universalidade, Indivisibilidade, Interdependência dos Direitos Humanos. O segundo é: Repúdio e prevenção a xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação. Quando a gente fala em Direitos Humanos é preciso pensar em como esses direitos se efetivam no campo da prática. Direitos Humanos é sempre muito líquido, parece muito retórico, parece que nunca é aplicável. E o responsável por essa garantia de direitos são os equipamentos do Estado, mulheres, crianças e idosos. A efetivação vai se dá aonde? Vai se dá no campo da assistência social, saúde, da educação, da garantia de emprego, da geração de trabalho e renda. Nós inauguramos, em novembro, uma Casa de Direitos. Não sei se os senhores já viram, fica próximo à Catedral, na Rua Dom Pedro II, 888, sala C, é um prédio grafitado, com azul turquesa. Aquele serviço foi inspirado no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante, só existem dois no País. Nós estamos sobrecarregados, neste momento, nós estamos extremamente sobrecarregados, pelo engessamento das proposições, por esse momento de transição. O fato é que nós recebemos encaminhamento, inclusive, dos órgãos públicos para atendimento ao imigrante. E a gente precisa costurar algo. Não adianta pensar numa distopia, em que se colocam pessoas em aviões e devolvem. Pessoas não são mercadorias! Elas estão aqui e elas precisam ser acolhidas, inclusive, porque é uma determinação do Governo Federal. O Governo Federal repactuou a Operação Acolhida. Continuarão interiorizando os 42 mil, nesse momento, venezuelanos residentes no Estado de Roraima. Nós precisamos de interlocução e de controle social para a efetivação das políticas públicas. Controle social, em minha opinião, é a materialização da democracia participativa. E hoje, os Conselhos de Direitos encontram-se desmobilizados em nível

estadual e em nível nacional. Nós estamos indo para o 4º mês e a Arquidiocese eleita para o Conselho Estadual de Direitos Humanos, vou falar aqui em nome do companheiro Zezinho, da CPT; nem cerimônia de posse aconteceu. Não tivemos uma reunião ordinária, daquelas que estão previstas mensalmente em lei; estão desmobilizados, neste momento, em nível estadual, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho da Pessoa Idosa, o Conselho da Mulher, o Conselho da Pessoa com Deficiência e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial, bem como os demais Comitês. Por exemplo, o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, que atua junto à Pastoral Carcerária, ao Conselho da Comunidade.

Eu peço para que a gente não se atenha a uma cerimônia pomposa, mas, que a gente possa trabalhar. Eu acho que quem nomeia, onde acontece a reunião é o de menos. É um espaço legítimo de diálogo da sociedade civil, das organizações não-governamentais de terceiro setor com o Estado. Urge que a gente mantenha na pauta do Estado, a discussão migratória. Essa é uma discussão muito complexa, mas, ela se perde. E a gente só a recupera em tempos de crise, bastante, entre aspas. Rondônia faz fronteira com outro País. Eu poderia apostar que tem, pelo menos, duas ou três pessoas aqui que têm parentes estudando nesse outro País. Pelo menos, dentro desta sala aqui, estamos num número pequeno. Nós temos uma relação com a Bolívia, histórica. Nós precisamos cuidar dessas pessoas que estão aqui, para que cuidem de nós, quando estivermos lá fora. Nós precisamos ser maiores que as linhas imaginárias que a gente inventou. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Obrigado pelas suas palavras, muito objetivas. Muitas vezes, a gente fica

pensando, preocupado com os venezuelanos que estão vindo para cá, que estão invadindo o Brasil, que estão buscando o nosso espaço, quantas vezes mais tem gente lá fora e ninguém está reclamando, não é? Então, com certeza uma reflexão muito importante para a gente.

Agora nós temos aí, o Professor Dettoni. Vai ser o mediador e eu gostaria que abrisse a palavra também para o plenário, no máximo dois minutos. Então, vai ter o microfone, o pessoal aqui da Mesa também, que quiser debater, que seja bem objetivo, eu acho que nós temos que fechar essas propostas. Fechar as principais propostas para que a gente saia daqui, que a gente saia com alguma coisa mais concreta. Nós temos aqui um programa lá nos presídios, em Ji-Paraná e hoje está em Ariquemes também, é a APAC.

A SRA. MARIA ELILDE MENEZES DOS SANTOS - É APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Um Programa muito interessante também, já em parceria com a Juíza lá de Ariquemes, a gente está implantando com a participação, eu acho muito importante e a representante da SEAS aqui; nós aprovamos um Fundo para combater a pobreza baseado, e foi vendida essa imagem aqui na Assembleia, quando foi aprovado esse Projeto em função de que nós vimos pelo IBGE que mais da pobreza que nós tínhamos, as posições de pobreza e que mais, 53% dos pobres estavam na área rural, estatística do IBGE. Então nós fomos à época convencidos para aprovar, criar esse Fundo e tem até um recurso bem expressivo e eu gostaria de receber um Projeto aqui na Assembleia da SEAS em comum acordo com a Secretaria de Agricultura para que a

gente leve para tirar esse pessoal da pobreza. Nos assentamentos tem muita pobreza na área rural parece mentira, mas, a maior parte está lá. Então para distribuir calcário, muda de café com a participação da Emater, com a participação do IDARON e fazer com que, ajudar aquelas pessoas 1 hectare de café, 2 hectare de café para que ele saia dessa pobreza.

Então nós, na época, aprovamos esse Projeto e gostaria que trabalhasse a SEAS, no Governo passado nós tentamos o tempo todo, mandaram aqui para comprar 84 carros, não sei quantos ônibus e não sei o quê; isso não vai tirar o pobre de lá não; eu acho que nós temos que investir. "Ah! Vamos fazer o levantamento". Já foram feitos tantos levantamentos. Então nós precisamos fatos concretos, então eu gostaria de deixar essa mensagem, se vocês puderem trabalhar em cima disso porque nós temos que dar condições dessas pessoas saírem da pobreza, não só ficar lá ajudando no dia a dia, mas sim, que amanhã ele possa ser independente. Então, deixar essa mensagem muito importante.

E gostaria de passar a palavra então ao Professor Dettoni, que ele fale suas palavras e depois também seja mediador deste debate, seja disponibilizado também e pega a inscrição também das pessoas que queiram aqui da plateia, no máximo dois minutos se manifestar, e aqui também o pessoal da Mesa que quiser se manifestar.

O SR. JOSÉ DETTONI - Quero saudar inicialmente o Deputado Follador e o Padre Valdecir em nome dos quais saúdo a todos.

Antes do debate que eu considero sempre fundamental, porque até para honrar o nome da Audiência Pública, é para ouvir o público. O público deveria ser muito maior, mas, temos que ouvir.

Antes, porém, eu tenho uma proposta da criação ou proposta digamos assim, de aprovação da criação de um Organismo intitulado Observatório Permanente das Políticas Públicas de Rondônia. Mas, eu gostaria de fazer uma introdução rápida que é a seguinte: "as pessoas que não participam dos problemas da cidade, são considerados entre nós maus cidadãos e não cidadãos silenciosos". São palavras de um dos grandes líderes da Política Grega há mais de 400 anos antes de Cristo. Portanto, desde lá quem não participa da vida pública é considerado um mau cidadão. E nós sabemos que a cultura atual, a civilização que nós vivemos hoje, ela tem como principal liderança exatamente os gregos e os gregos principalmente daquela época. Juntando isso com as palavras do Papa Francisco que diz, ele referindo-se também a outros Papas recentes: "que a política, a ação política, a atividade política é dos mais altos graus de caridade". E a caridade todo Cristão sabe que é o centro da vida cristã, portanto, participar da vida política é ser cristão autêntico, mas participar bem da vida política.

Por outro lado também me parece importante lembrar que talvez o maior desafio da humanidade de hoje seja a urbanização. Fenômeno que é recentíssimo, na história da humanidade a urbanização é um fenômeno praticamente de hoje dos últimos 80, 90 anos. Antes a humanidade vivia na roça, estou falando em termo de maioria e agora a maioria vive na cidade. Esse fenômeno da urbanização é novo, novíssimo para a história da humanidade e nós sabemos que a humanidade tem pelo menos um milhão de anos, não são cinco mil, dez mil; é um milhão. E esse fenômeno é de hoje, portanto, é um enorme desafio vivermos e vivermos bem e colaborarmos para viver bem na cidade. O Professor Novoa foi enfático em alguns aspectos desta questão. E também me sinto impelido a fazer uma observação sobre esse prédio que é a Casa do Povo, tem esse apelido pelo menos; é a Casa do Povo, tem que ser a

Casa do Povo. Quando eu fui visitar o coração desta Casa, o ponto mais importante, que é o plenário, eu fiquei escandalizado, por quê? Porque na Casa do Povo, o povo não pode ver os seus representantes na atuação fundamental que é exatamente nas Sessões onde se decidem as grandes questões do Estado. Eu fiquei absolutamente escandalizado, perplexo, eu não sei nem o quê, porque o povo na Casa do Povo não pode ver os representantes do povo na hora que eles decidem as coisas, eles ficam escondidos lá embaixo; o povo só pode ver a Mesa Diretora. Eu me pergunto: o arquiteto que teve essa ideia e essa ideia, esse projeto evidentemente foi aprovado pela Assembleia; será que ele entendia que Casa do Povo, é o povo que é importante, e, é o povo que tem no mínimo o direito de ver os seus representantes na sua atuação principal. Fica pelo menos essa observação, para que nós aumentemos a consciência da participação, sem dúvida nenhuma, quando decidiram por esse projeto, o povo teve participação zero ou um pouquinho mais do que zero. Muito bem. Então, eu gostaria de apresentar e só para concluir essa introdução. Olhemos lá, lá é teoricamente aonde vai o povo, os que vêm participar. Porque não elevar onde ficam as cadeiras mais no fundo, elevar um pouco para que o povo que vem assistir, que vem participar possa enxergar bem, porque se houvesse muita gente aqui, as últimas cadeiras ficariam com dificuldade de olhar, por quê? Porque é mal feito...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - É muito mal planejado, concordo com o senhor. Inclusive, os elevadores; tem gente que tem que subir 13 andares na escada. Então, fui muito mal. Mas, isso aí foi 04 legislaturas passadas que começou o projeto, comprou o terreno e época era engenheiro, na realidade quem falhou, e uma crítica que deve ser registrada também, todos os órgãos públicos parece

que a coisa dá errado, até o Tribunal de Justiça lá em Ariquemes, tem um prédio que está lá, agora vai retomar com 40% de aditivo em cima porque ficou parado o tempo todo, porque tem problema na engenharia. Você vai ao Fórum de Jarú, a mesma coisa, você vai aqui é a mesma coisa, parece que os prédios públicos quando os engenheiros fazem, parece que tudo dá problema; tem prédio aí que eles fizeram, planejaram para um andar a menos e agora não consegue fazer o aditivo para terminar. Então, eu nunca vi um prédio particular acontecer isso, infelizmente precisa, quando é dinheiro público não é tratado da mesma ..., Eu concordo que esse prédio, se ficar sentado na cadeira não, se ficar de pé vai ver os Deputados lá, se ficar sentado não vê. E aqui nós tínhamos o Tribunal de Justiça, tem o Tribunal de Contas aqui que tem a questão do elevador, era fácil de ver; o auditório do Tribunal de Contas já estava feito, era só copiar. Infelizmente os Deputados não iriam aprovar projeto, quem aprova o projeto, embora foi lá atrás, são os engenheiros. E os engenheiros, claro, que o Presidente da Assembleia na época deveria ter visto. Mas, eu com certeza, o senhor tem toda razão e nós estamos indignados que tem muita gente que vem visitar a gente no dia de Sessão, não consegue subir no elevador, têm pessoas que não aguentam subir 13 andares, e eu conheço muita gente que já foi embora, nós estamos planejando de imediato agora, o elevador, está sendo licitado um elevador panorâmico, por fora, para poder atender, melhorar um pouquinho a situação. Mas, essa crítica é válida, já foi questionado, todos os Deputados hoje desta Casa estão indignados porque nós conhecemos mesmo na hora que entrou, porque quando está construindo o engenheiro que acompanha. Mas, infelizmente aconteceu.

O SR. JOSÉ DETTONI - Muito bem. Eu vou ler então, é breve. Bases para o observatório permanente das políticas públicas de Rondônia. Em razão da Campanha da Fraternidade 2019, que traz o tema "Fraternidade e Políticas Públicas" e por decisão dos Conselheiros e membros participantes do Conselho de Leigos e Leigas da Arquidiocese de Porto Velho, e, ainda na Assembleia Pastoral Arquidiocesana com mais de 300 lideranças reunidas, são propostas nesta Audiência Pública a realizar na Casa de Leis de Rondônia, hoje, dia 28 de março de 2019, as bases de formação e consolidação do Observatório Permanente das Políticas Públicas de Rondônia. Organismo da sociedade civil composto por membros livres e voluntários que estarão acompanhando, criticando e divulgando os projetos, propostas e programas de atenção às políticas públicas do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Porto Velho, aos moldes do Fórum de Cultura pela Paz. E nós aqui, alguns de nós somos participantes desse Fórum; criado também em razão da mobilização social ocorrida em 2018 pelo tema da Campanha da Fraternidade; Observatório será instalado em breve e contará com reuniões mensais onde serão apresentados aos participantes os projetos e os programas de atenção às políticas públicas priorizadas pelos Poderes constituídos e sempre que possível realizando a divulgação das inconsistências, porventura, existentes e cobrando a efetiva aplicação dos recursos públicos oriundos das contribuições e impostos devidos como contribuintes que são todos os cidadãos.

O Observatório terá uma coordenação executiva composta por cinco conselheiros eleitos e empossados para mandato até 31 de dezembro de 2020 para desenvolver as atividades programadas.

Fica aberto então agora e eu acho importantíssimo em qualquer Audiência Pública e mesmo em reuniões que haja diálogo.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Nós temos aqui o Carlos Venâncio, Cientista em Política, 2 minutinhos.

O SR. CARLOS VENÂNCIO - Primeiramente bom dia a todos os presentes aqui; bom dia Excelência Deputado, proponente e bom dia também as nossas Igrejas presentes, os irmãos cristãos na caminhada e a todos os membros aqui da Mesa, pegando já a fala de alguns colegas aqui que já se pronunciaram. Recentemente, mês de março tivemos dois dias mundiais, o Dia Mundial da Mulher, o Dia Internacional da Mulher e agora recentemente o Dia Mundial das Águas. E por incrível que pareça na nossa cidade com o maior afluente do Rio Amazonas, água esbanjando aí inundando a nossa cidade, a nossa Capital e nós não temos nem sequer 5% de água tratada nas regiões periféricas.

Chama atenção à política pública principalmente por parte de vocês, os parlamentares que são os fiscais do povo, são os nossos olhos na fiscalização dessas políticas, na fiscalização da água tratada que muitos viram, alguns falaram, alguns caíram dentro, alguns presenciaram. Escavacaram a nossa cidade, enterraram diversos tubos em nossa cidade, asfaltos recentemente feitos com muito sacrifício, a empresa vai lá corta, enterra um cano e nós estamos há mais de 10 anos, principalmente a região Zona Sul da cidade e também Zona Leste sem passar uma gota de água dentro daquelas tubulações. Nós chamamos a atenção para que os parlamentares fiscais do povo, possam reunir uma comissão, ir lá fazer uma visitinha, que a caixa d'água onde irá distribuir essa água para toda a cidade, está abandonada servindo de covil para marginais e pessoas alheias à sociedade.

Foi gasto uma quantia muito grande para essa adutora de distribuição de água em nossa cidade, parou a obra, isso ainda era do PAC I, novamente retomaram essa obra com aditivos, um valor muito exorbitante e continuam as escavações em nossa cidade. Muitos asfaltos sendo cortados, buracos deixados e nós, os munícipes, aqui de Porto Velho, Estado de Rondônia não temos uma sequer gota de água passando nessas tubulações.

É até ironia do destino, falar do Rio Madeira aqui o maior afluente de água do Rio Amazonas não temos água tratada em nossa cidade e cadê os nossos agentes fiscalizadores para tratar dessa questão? Prestar uma conta para a nossa sociedade: olha, está aqui, veio à verba, está continuando a obra, nós queremos falar que tal ano vai começar, realmente, essa distribuição de água, porque a cada seca, em cada verão amazônico nós sofremos com os poços secando, muitos poços na Zona Sul, na Zona Leste secam e não tem a dita água. O outro ponto que queremos elencar aqui, não foi falado, mas, ainda é da Campanha da Fraternidade do ano passado, à qual este ano está dando continuidade, 'Fraternidade e Segurança Pública' foi o tema do ano passado, o qual a gente criou aí um Fórum Permanente pela Paz, Cultura da Paz, e nós havíamos tratado da questão aí, como eu falei do Dia Mundial, o Dia Internacional da Mulher, para que a nossa delegacia em nossa cidade em nosso Estado, viesse a funcionar 24 horas. E ainda não vemos isso acontecer.

Também estão aqui as Secretárias aí de duas Secretarias importantes a SEAS e a outra, um abrigo para essas mulheres vítimas das violências, porque até então tem muitas que vieram de fora, que não retornam para as suas cidades, às vezes fazem a denúncia, levam o problema perante as localidades acabam muitas das vezes morrendo e não saem de casa porque não tem um local que as apoiem para

que elas possam ficar aquele período e retornarem para as suas cidades. Então ajudaria muito aos órgãos de segurança, sejam os policiais militares os policiais civis, o pessoal da área da segurança em geral, essa Casa de Apoio, porque a hora que a viatura chega, tira aquela mulher de casa que estava sendo vítima, seja de qualquer que for a violência, não tem por parte do Estado um abrigo que a acolha, que lhe dê aquela assistência necessária para que ela possa pelo menos sobreviver e retornar para o seu local de origem. É isso!

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Com certeza lamentamos muito a não presença da Prefeitura Municipal aqui, lamentamos muito a não presença da Presidência da CAERD, nós convidamos e fizemos duas ou três cobranças para que estivessem presentes. Então eu quero registrar isso, essa indignação, a CAERD deveria estar aqui para ouvir isso. Mas, nós vamos documentar e vamos comunicar esses assuntos que estão sendo tratados aqui para que eles tenham conhecimento e cobrar. Questão de água e esgoto nós tínhamos a maior emenda do Brasil, e nós perdemos, perdemos no Governo anterior, outro ficou oito anos e perdeu, eu acho que eram quinhentos milhões, se eu não me engano.

O SR. CARLOS VENÂNCIO - Setecentos milhões.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eram setecentos milhões. Então é lamentável, nós temos que fazer, inclusive o Padre estava comentando aqui que a igreja priorizou este tema. O senhor pode até falar rapidinho. Esse tema de saneamento.

O SR. PADRE VALDECIR LUIZ CORDEIRO - Partimos do seguinte entendimento: um direito humano básico é o direito a cidade. E aqui cidade não como aparelho que deve ser administrativo, mas, como as condições para uma vida coletiva. Viver na cidade significa compreender que a gente não se realiza sozinho em casa. O pleno desenvolvimento do ser humano se dá na convivência social, na cidade. O Professor Dettoni citou os gregos, eles entenderam isso, lá quatro séculos antes de Cristo, há dois ideais: um equivocado e um ideal correto. O ideal de idiotas, em grego idiota não é um xingamento, é descrição de modelo de humano, vem de *idios*, o mesmo, o idiota é aquele que vive de si mesmo para si mesmo, enclausurado no seu ambiente privado. E o político? O político é o habitante da polis, da cidade. É aquele que compreende que só pode desenvolver todo o seu potencial na coletividade, na cidade.

Então nós compreendemos desde dentro da nossa tradição cristã, que o ser humano só pode desenvolver todo o seu potencial na cidade, na convivência. E no âmbito da cidade, conforme bem demonstrou o professor Novoa, o saneamento básico é um conjunto de iniciativas, de medidas para assegurar a distribuição de água potável, o tratamento dos resíduos, do esgoto, a limpeza urbana e uma série de outros procedimentos que são fundamentais para que a vida coletiva, a vida na cidade tenha qualidade. Em razão disso, em razão do contexto que nós vivemos onde menos de 5% das nossas cidades são atendidas, são atendidas por saneamento básico no âmbito da Campanha da Fraternidade nós tomamos uma decisão: de lutar por saneamento básico. É bem verdade que o tema Políticas Públicas demanda uma abordagem sistêmica, estruturante. Nós precisamos pensar todas as Políticas públicas. Mas, também é bem verdade que nós

podemos priorizar. Começar pela parte essencial. E quando eu digo, nós, eu estou me referindo ao resultado das reuniões que nós fizemos com as nossas lideranças em vários níveis culminando com o Conselho de Pastoral de Porto Velho, no qual nós tomamos esta decisão que priorizar a luta por saneamento básico. Numa perspectiva profética de denúncia, nós queremos denunciar a negligência do Poder Público, porque há, há negligência. Não queremos julgar, porque quem julga é o Tribunal, mas, nós queremos denunciar: Está havendo negligência do Poder Público no Estado de Rondônia nos seus vários níveis, no que se refere à questão das Políticas Públicas. Mas, por outro lado, nós queremos, também, dar a nossa contribuição, nós cristãos católicos e na medida do possível em diálogo com outras igrejas, com os movimentos da sociedade civil organizada; nós, o que podemos fazer no sentido de ajudar as pessoas a compreender como são formuladas as políticas públicas de saneamento básico, e como elas podem ser implementadas. Essa é a nossa prioridade, nós estamos formando um grupo de trabalho que deverá ser assessorado por pessoas competentes, preparadas. Não se consegue nenhum resultado neste campo só com boa vontade e com um elenco de desejos. Nós precisamos de uma boa leitura da realidade, um bom assessoramento e, sobretudo, humildade, para buscar o diálogo e disposição para o serviço. Então, os agentes públicos poderão contar com a nossa contribuição modesta, nós somos fracos, a gente sabe disso. Mas, nós gostaríamos de nos colocar à disposição da sociedade em geral e dos poderes do Estado, tanto em nível Municipal quanto Estadual no sentido de nós vermos. Será que a sociedade de Rondônia não consegue resolver este problema? Barbaridade. Então, a gente sabe que é possível, nós temos condições, recursos na ordem de setecentos milhões de reais, senão não me falha a memória, eram setecentos e cinquenta milhões de reais foram

assegurados e apenas, parcialmente, executados tendo retornado para a União em torno de seiscentos milhões de reais. E o problema permanece onde estava, praticamente, o desafio continua posto aí.

Eu gostaria, Deputado Adelino, de fazer uma ponderação sobre um assunto que o Professor Dettoni trouxe que é o prédio Assembleia Legislativa. Eu, sinceramente, quando atravessava a avenida, aliás, está precisando uma faixa de pedestre ali, dá para a Prefeitura tentar fazer isso aí, favorecer um pouco o acesso ao prédio da Casa do Povo.

Então, eu vi, que maravilha, gente, um prédio tão bem construído, há defeitos, nós sabemos. Eu não conhecia esses detalhes. Porque a gente via, há muitos anos o Ministério Público conseguiu construir um prédio digno, está lá o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, os prédios dos Poderes da União aqui e Assembleia Legislativa estava naquele prédio...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Um antigo hospital.

O SR. PADRE VALDECIR LUIZ CORDEIRO - Um antigo hospital, em condições melhores, obviamente, que Hospital João Paulo II, mas, a Casa do Povo, agora nós temos este prédio, as lacunas podem ser corrigidas, mas, é bom que se frise, o povo de Rondônia fez um grande sacrifício para pagar isso aqui. Então a gente se alegra, que a Casa do Povo esteja tão bem estruturada, aqui apesar de certos gargalos de engenharia. Mas, olha, foi um grande sacrifício, se eu estiver equivocado de R\$ 100 milhões de reais.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - 94 milhões.

O SR. PADRE VALDECIR LUIZ CORDEIRO - 94 milhões é um recurso considerável. Agora os nossos deputados estão numa condição melhor para trabalhar e acho que esse registro é importante. A gente fica contente, eu gostaria de enfatizar isso aqui. Num tempo de crise da política, o povo desacreditando da política, achando que político não vale nada e que qualquer instituição do Estado não vale nada, que tem que entregar tudo para o mercado, nós não podemos entrar nessa. A política é uma mediação essencial para a construção de Políticas Públicas. Nós não vamos construir Políticas Públicas atacando as nossas instituições, atacando o STF, atacando Câmara dos Deputados, atacando Assembleia Legislativa, muito pelo contrário, nós somente podemos construir Políticas Públicas consolidando as instituições que o estado democrático de direito consolidou, construiu em nosso País. E o Poder Legislativo, ele é um Poder, absolutamente, essencial. Nós podemos e devemos, obviamente, corrigir as distorções, a corrupção, há uma série de problemas. Mas, essa é uma mediação necessária essencial, se nós voltamos as nossas baterias críticas no sentido de deslegitimar os Poderes, as mediações institucionais construídas pelo povo brasileiro, nós tão pouco conseguiremos formular e implementar as Políticas Públicas pelas quais lutamos. Então fica aí o nosso registro. Esta nossa opção da Arquidiocese de Porto Velho em empenhar energia, empenhar esforços no sentido de lutar por saneamento básico, quer ser uma contribuição modesta, porém, nós empenharemos todo o nosso esforço, buscando o diálogo e a colaboração para alcançar o objetivo.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Com certeza. Obrigado pelas suas palavras, Padre. Com certeza é uma meditação. Hoje foi endemoniada a política. Política é coisa boa, ruim são os maus políticos. E se têm maus políticos, alguém votou neles. Então, tem que saber que ninguém caiu do céu como político não. Nós temos que participar. A omissão do povo é que acaba elegendo pessoas que, às vezes, não deveriam estar lá. Essa integração, eu acho muito importante, essa meditação.

Nós temos aqui o Antônio Carlos, representando a APAE. Um grande trabalho que as APAEs fazem no Estado de Rondônia, principalmente aqui em Porto Velho.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BERSANE - Bom dia a todos. Eu quero aqui agradecer o Padre Valdecir; o nosso Deputado Adelino Follador, aqui, colaborador das APAEs, muito tem nos ajudado. Quase não sai na mídia, não é Deputado? Mas, a gente fica, de coração, agradece pelos trabalhos que o senhor tem realizado junto com a gente, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BERSANE - E é um trabalho que, nós sabemos que a pessoa com deficiência é uma pessoa assim, que hoje, eu estou falando da pessoa com deficiência múltipla, intelectual. São pessoas que hoje estão no anonimato. Quem trabalha por elas são os familiares, as pessoas mais próximas e as entidades. Se não tivesse isso, elas estariam, hoje, no fundo do quintal, dentro de uma

casa, esquecidas. Porque a maioria dessas famílias, elas dependem e vivem do benefício da criança. Nós tivemos uma reunião, há pouco tempo aqui, com o Secretário Municipal de Educação, Dr. César Licório, ele saiu, e nós discutimos que na Prefeitura, hoje, está em média de 3 mil inscritas, pessoas com deficiência e eles não têm onde colocar esse pessoal. A APAE, hoje, está abarrotada. A gente não tem mais onde colocar, se a gente fosse abrir as inscrições, a gente iria para 200 ou 300 inscritos na APAE.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Têm quantos, hoje?

O SR. ANTÔNIO CARLOS BERSANE - Hoje, nós paramos em 129, que a gente não tem mais onde colocar. Então, hoje, com esse recebimento do benefício, está obrigando-os a manter com o plano de saúde ou dentro de uma sala de aula, fazendo algum trabalho. Então, hoje está crescendo as inscrições nas escolas, praticamente são obrigados mantê-los dentro de uma sala de aula.

Outra questão que eu queria levantar também, é que nós estamos lá na APAE também estamos recebendo reeducandos. Nós fizemos um convênio com a VEPEMA, e nós recebemos lá, menores reeducandos, infratores e adultos. Nós pegamos lá, um adulto, no reeducando, que ele estava mais de 10 anos preso. E nesses 10 anos, ele nunca recebeu um abraço, nem sequer de um familiar. Quando ele chegou lá na APAE, ele recebeu vários abraços, e ele chorou, se comoveu. E isso aí foi muito gratificante. Nós sabemos que a pessoa com deficiência, são pessoas humanas. Então, a gente tem que dá uma atenção especial a eles. E, voltando ao assunto sobre o saneamento, nós sabemos que para chegar à APAE, também tem

uma dificuldade. Nós temos lá falta de asfalto, porque aquele cascalho que foi colocado agora, porque nós brigamos. Mas antes não, seria lá, tipo de uma lama, que você pisava e saia grudando no seu sapato e virava uma bola. Então, é uma dificuldade tremenda desse pessoal. E na rede pública também, esses ônibus também, nem se fala, não é? Eu só estou fazendo o complemento para não se esquecerem da pessoa com deficiência dentro dessa questão nossa de políticas públicas. Hoje de manhã, eu estava ouvindo um rádio, um radialista lá, falou que das pessoas que estão portadoras de deficiência. É muito triste a gente saber e ouvir essa nomenclatura, não é? Porque hoje, esse nome já saiu há muito tempo, hoje é pessoa com deficiência. Não se usa mais uma pessoa portadora de deficiência, porque ela não está portando aquilo lá. Ela é, ela necessita, ela tem aquela doença. Então, isso aí, hoje, é triste a gente saber que há muito tempo saiu essa nomenclatura e hoje, ainda, é utilizada ainda em via jornais, televisão, coisa que já era para ser anunciada. Muita gente deveria ter conhecimento das pessoas, o que acontece; quais são, hoje, as políticas públicas também envolvendo a pessoa com deficiência. É só isso mesmo. Eu não vou me alongar não. Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Nós temos aqui também, Henrique Souza, do Conselho Diocesano de Leigos, com a palavra. O Joaquim de Souza também pediu a palavra. Pedir ao pessoal que está lá fora, que venha aqui mais próximo, Josenir também, da UNIR.

O SR. HENRIQUE SOUZA - Bom dia! Quero agradecer primeiramente, estou aqui há um minuto só; aqui tem tanta gente que é complicado, porque aqui eu não quero ser falado

de onde eu vim e para quê que eu estou aqui. Eu sou apenas um usuário. Já fui ao Conselho Nacional, já fui ao Conselho de Leigos e Leigas Nacional, já fui já à várias conferências de Assistência Social em nível Nacional, em nível Estadual, já ficamos na luta já há muito tempo e toda vez a gente vem pela Igreja Católica também com as Campanhas da Fraternidade, pedindo, exigindo pelo amor de Deus, a gente vê crianças que estão fora da escola que são filhas de apenados, mulheres que são, que a gente fica emocionado com isso, porque a gente vê escolas sendo vendidas, tem escolas que já foram implantadas por outras gestões que está lá o nome escola e tem até as cores do tema que é azul, é verde, amarelo, na antiga gestão era azul e amarela que está lá: "Vende-se esta Escola". Será que a gente vai precisar comprar aquela escola para poder colocar crianças, filhos de apenados, filhos de deficientes físicos, no particular? Que não tem condições de comprar nem a comida, nem abastecer uma medicação de uso contínuo até mesmo na Pastoral, desculpe o senhor, mas, ali na área rural da cidade de Porto Velho, no Estado, de Porto Velho que tem dificuldade de alcançar um local para estudar porque não tem ponte, porque não tem acessibilidade, até para a gente entrar em um prédio público não tem acessibilidade ou não tem informação. Então isso me deixa assim, eu não sei por qual motivo que a gente faz isso, mas, a última vez a gente foi para lá para 42, de 42 que nós estudamos durante essas Conferências de Fóruns, nós conseguimos fazer nos secretariando na gestão anterior, a Secretaria, já sabe quem é, estou falando, é uma moça meio forte, são vários nomes da anterior, que ela também já estava lá com a gente. Então são várias pessoas aqui que isso aqui é um colegiado, não é? Então na minha interpretação, eu acho, poxa, pela Cultura da Paz a gente trabalha com um terço dos homens na nossa comunidade, às

vezes, todo mundo aqui fala: "será que você rezou um terço hoje?". Pelo menos uma dezena. Será que você fez isso? Será que você refletiu sobre a questão da APAE? A APAE precisa, ela está com aquela sobra lá, eu fiz um trabalho na minha área, que é uma área pequena do Bairro Lagoa que ali já tem, já tem três escolas que estão formadas e nenhuma abriu e está lá: "Vende-se Escola". Ali tem RECOL, Atacadão, tem Instituições de Ensino particular, lá que é o SESI, tem vários locais ali que tem gente ali do lado como ele falou, que às vezes você coloca um prédio, faz todo certinho para quem tem condições, mas para quem não tem?

Então isso é uma fiscalização nesse ponto, eu me vejo assim, eu não sou ninguém, aí eu levo o meu nome, até o meu e-mail, o meu e-mail é: simplicidade.pvh@gmail.com e o meu acesso as comunicações vêm desde a família da TV Rondônia, nós palestramos em todas. A SIC/TV conheço muita gente de órgãos da comunicação, e dali eu fico assim, e outra, além da comunicação, eu levo o meu lema de vida como simplicidade, e levo o meu lema de assistência como igualdade com equidade. Equidade é o quê? É uma palavra bem tranquila, que a qualidade de vida para todos e também levo. Conheço o Padre Juquinha já também há muito tempo, que ele faz um trabalho excepcional, foi ele que, basicamente, o Dom Moacir; ali vários. O Padre Franco que eu também levo já na lembrança, que já se foi; o Padre Rui, outras pessoas mais, tanto o nosso Dom, que também faleceu agora a pouco, Ji-Paraná; são pessoas...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Antônio Possamai.

O SR. HENRIQUE SOUZA - Justamente, é isso que a gente vê que são pessoas exemplares, assim como tem nas

Congregações Irmãs aqui, e eles levam um trabalho tranquilo, mas, esse trabalho está muito difícil chegar ao fim porque a gente vê que a questão de a gente se colocar, em plantar assim e deixar bem firme, porque assim, em Cristo, todos somos irmãos. É bem fácil a gente aplicar: "Ah! não, aquele é diferente de mim". Não. Como até o nosso amigo também comentou aqui que a gente tem que caminhar com o sapato ali do outro. A gente vê, eu vejo o Professor Dettoni aqui que também na Mesa, está compondo a Mesa, que eu levo muito, já li vários livros do Professor Dettoni, que ele vai colocando e vai educando a gente, o filho, acho que é filho, desculpa, qual o seu nome, por favor? Josenir Dettoni, também que está aqui, que também já outro nome diferente. Então, meu nome não, meu nome é simplesmente simplicidade. É só isso que eu quero deixar.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Parabéns pelas suas palavras. Acho que essa indignação sua é de muita gente, aqui em Porto Velho o transporte escolar, uma novela, olha, desde o ano passado ainda não resolveram, ainda vai outro ano. Uma indignação é muito grande essa questão. Eu peço também para todo mundo ser objetivo, nós temos aqui Edilaine Guariniri de Oliveira, Cáritas.

A SRA. EDILAINE GUARINIRI DE OLIVEIRA - Bom dia a todos, as meninas aqui presentes. Então, é uma honra estar aqui e eu gostaria de cumprimentar um pouquinho a fala do Thiago. O Projeto que ele fala que é PANA, ele, é um Projeto das Cáritas Brasileiras, acolhido pela Cáritas Arquidiocesana e Arquidiocese de Porto Velho. A Cáritas é um organismo da Igreja Católica, o braço social da Igreja Católica. Historicamente ela dava o peixe, depois ela

começou a ensinar a pescar, hoje ela pesca junto. E o que eu quero trazer, a gente sabe, políticas públicas abrange um monte de situações e também perpassa toda ação da Cáritas junto as pessoas em situação de vulnerabilidade, enfim, está junto as comunidades fazendo essa reflexão e dialogando sobre o tema. Hoje a gente, enquanto Cáritas Arquidiocesana de Porto Velho, a gente tem um Programa PANA, que é acolhida aos imigrantes venezuelanos, é um projeto que está sendo desenvolvido juntamente com essas, com a Cáritas da Suíça, Cáritas Brasileira, Cáritas de Porto Velho, Arquidiocese de Porto Velho e acontece em 7 outros Estados. E o que eu quero trazer aqui, é com relação a nossa realidade local, enquanto Porto Velho. Desde, 2016, a gente vem acolhendo muitos imigrantes, não só venezuelanos, mas, como 2014 iniciou com os haitianos e depois um fluxo grande migratório, porque aqui é passagem deles. E aí, vem um grande desafio, porque a primeira Instituição que eles procuram é a igreja, independente de qualquer que seja, evangélica, católica, eles vão procurar. E nós não temos uma resposta e nem um local para acolher essas pessoas. Então, assim, a gente vem diariamente atendendo de 15 a 20 pessoas, migrantes na Casa de Direitos. Então, você calcula isso durante uma semana e nós nos tornamos referência nesta temática para a acolhida; mas, nós não temos nenhuma política pública direcionada às pessoas migrantes, nós não temos um abrigo que possa acolher, o único abrigo que temos aqui é o municipal e não temos respostas a essas pessoas. E aí é que você fala: "eu posso te dar um pão, uma roupa, mas, eu não tenho onde colocar você para dormir, você dorme na rua porque é a única opção que você tem". Ultimamente é isso que tem acontecido. Então, assim a gente precisa também pensar e olhar um pouquinho para essa demanda, porque as paróquias, elas vem fazendo, mas, não é o nosso papel, nós temos

instâncias do Governo para fazer; município, Estado. Então, a gente precisa também pensar, como é que a gente acolhe, se a gente abriu as portas, a gente precisa dar condições para essas pessoas serem acolhidas. Então, assim, eu quero só fazer, complementando a fala do Thiago, porque é um desabafo mesmo, porque a gente não tem todas as respostas, a gente não quer fazer o trabalho do Estado, nem do Município, a gente quer trabalhar conjuntamente e eu acho que um ajuda o outro. Mas, a gente precisa também ter esse retorno dessas instâncias. Agradeço pela oportunidade.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - com certeza, uma observação muito importante. Joel, do IBAPE.

O SR. JOEL - Bom dia, cumprimento em nome do Presidente, todos. E o IBAPE é Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícia de Engenharia. É uma Entidade Civil Organizada, vinculada ao Sistema CONFEA/CREA e somos 60 associados, especialistas em avaliação de imóveis, fazer georreferenciamento, regularizar terra. Nós temos um trabalho em conjunto com o IFRO para a Prefeitura, para fazer regularização fundiária lá em União Bandeirantes, enfim, aqui em Porto Velho também. Conseguimos um Projeto de Lei, que já foi transformada em Lei na Câmara Municipal para regularizar áreas de risco no Município de Porto Velho, remover pessoas que estão em área de Proteção Ambiental, área de encosta, enfim. E a finalidade de titulação de imóveis, tanto urbano quanto rural é para dar segurança jurídica a quem ocupa terra, e a maioria das pessoas são de baixa renda e às vezes pequeno produtor rural. Eu até ouvi falar que no Programa de Fomento que tem

recurso para isso, sugeri a Cáritas para procurar IBAPE e a AREF, que também, eu sou florestal e participo da AREF, que é Associação Rondoniense de Engenheiros Florestais. Nós estamos em uma Comissão com Avenilson, na SEAGRI, para fazer um trabalho com vistas à promoção do pequeno produtor rural, com essa questão de fomento na base, com a participação da Embrapa, integração, lavoura, pecuária, floresta, sistemas agroflorestais, sistemas silvopastoril, alternativas que o pequeno produtor pode ter, até ele falou aí, para sair da miséria, que o indivíduo, ele é rico e não sabe, ele tem um enorme patrimônio lá na mão dele, que é um terreno rural, que vale muito dinheiro, mas, não está trazendo nenhum rendimento econômico para ele, ele está com a cesta na mão aí pedindo esmola, quer dizer, não sabe administrar o que tem por falta dessas orientações e por falta de chegar esse recurso que existe disponível a ele, nós somos essa ponte e muitas vezes, nós temos um reconhecimento pelo Ministério Público, levamos documentos lá para o Ministério Público, e muitas vezes a gente não tem a ressonância que a sociedade e nem a prefeitura. Nós fizemos um Projeto de Lei, consegui convencer o vereador Alan Queiroz, foi feito Audiência Pública, nós fomos lá, explicamos uma Lei de Inspeção Predial. Para a nossa surpresa desagradável o prefeito vetou a Lei, acho que ele não entendeu, a assessoria dele não entendeu, o que quê é isso? Programa Minha Casa Minha Vida, e mesmo os programas particulares, de grandes prédios, grandes condomínios faz-se edifício aí, casas de tudo quanto é maneira e coloca as pessoas lá dentro sem uma inspeção prévia, sabe lá Deus se aquela casa está em condições seguras de quem está habitando tem condição de estar ali tranquilo, dormir tranquilo, se não vai cair o telhado na cabeça dele. Tem um sistema de construção, principalmente nos novos condomínios, verticais de estrutura de blocos, que não usa

mais viga, que não usa mais pilares etc.. e é tijolo trançado, e o indivíduo que vai morar lá, não sabe disso. Aí, ele resolve, fura um buraco na parede para botar uma coisa qualquer, já mexeu na estrutura daquele prédio, quer dizer, ignorantemente, ele está colocando a vida dele e de todo mundo em risco, uma inspeção predial prévia evita isso. O prefeito não entendeu, achando que ia gerar responsabilidade de ônus para a prefeitura, não é. É a sociedade que faz isso, o IBAPE que faz isso. Então, coisas que a gente tem a serviço e queremos nos colocar, não tem assim visão de: "Ah! A gente está buscando mercado que é garantir a reserva de mercado de trabalho". Eu já fiz muitas vistorias de graça, quer dizer, o indivíduo não pode pagar e tal. As hidrelétricas quando vão fazer uma desapropriação, fizeram, tem até outras previstas aí, e resolveu. O coitado do beradeiro está lá há duzentos anos plantando mandioca desde o bisavô dele, eles plantavam uma melancia, não sei o quê. Resolveu que a área dele foi alagada e deram cinquenta mil para ele, ele ficou rindo de orelha a orelha, ele pegou aqueles cinquenta mil, com dois dias, três, quatro na rua já estava dormindo, porque o cara disse que não podia acolher ele, está dormindo debaixo da marquise, um valor irrisório. O IBAPE faz isso. Muitas vezes nós buscamos uma intermediação para melhorar a valoração que aquela entidade concessionária deveria pagar uns seiscentos mil, setecentos, um milhão por aquele terreno e pagou cinquenta mil, esse é o nosso trabalho. Queremos que Assembleia Legislativa conheça o IBAPE, o Ministério Público já conhece, o Tribunal de Justiça já conhece, nós temos as nossas credenciais lá, somos vinculados ao CREA/RO o Sistema CONFEA/CREA Nacional, temos uma representação no Colégio de Entidades Nacionais no CONFEA/Brasília e estamos aqui para nos colocar à

disposição porque somos gestor de uma fração de políticas públicas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Às vezes têm muitas entidades que a gente nem conhece, a oportunidade de saber que existe e saber que está fazendo um trabalho é muito importante.

Nós temos daqui o Joaquim de Souza, também está representando aqui o Santuário de Aparecida, com a palavra, por dois minutos.

O SR. JOAQUIM DE SOUZA - Em nome do Presidente desta Sessão de Audiência Pública Deputado Adelino Follador; cumprimento a todos. O tema da Campanha da Fraternidade Políticas Públicas é muito abrangente, mas, como já foi colocado em ênfase que a Arquidiocese deu na questão do saneamento básico. Coincidentemente um assunto já abordado pelo Venâncio, é o mesmo que eu venho trazer que é a questão da água tratada, mas, nem só tratada, eu digo mais, água potável ao menos. Eu sou morador do Bairro São Francisco na Zona Leste há 28 anos e 27 dias. E a grande preocupação é que além dessa situação que o Venâncio, abordou, se não me falha a memória, em 2007 todo bairro foi cortado foram colocados as tubulações, mas, não temos a água. Além disso, existe uma cultura do uso de agrotóxico para limpar quintal. Então quem quer água potável, não digo nem tratada, mas potável, ou ele compra, ou ele faz filas onde existam os postos semi-artesianos que supostamente tenha uma qualidade melhor. Então quem quiser comprovar ali diante a SEMOB, mesmo, que é a Secretaria de Obras, às vezes fica filas de pessoas para ter acesso à água potável. Do contrário se toma água dada do poço ou cacimba, como queira chamar, é um risco sério para a saúde, e saúde pública eu acho que é um dos principais, eu acho que é um

dos focos principais da questão de políticas públicas a zelar pela saúde. Então, esses 28 anos que eu resido nesta área à grande preocupação é quanto, não vou dizer nem a esgoto, a rede de esgoto sanitário, mas, principalmente a questão da água, porque incide diretamente na saúde pública. Eu conheço e com este agravante do uso de agrotóxico nos quintais. Inclusive, eu conheço pessoas que têm problema de saúde por aplicar agrotóxico, às vezes até como alternativa de trabalho, as pessoas adoecem. Nós sabemos que existe legislação para regulamentar a venda, a aquisição destes produtos, mas, falta fiscalização, porque até recentemente encontrava-se estes produtos até mesmo em lojas de venda de material de construção. Lá pela Zona Leste eu acho que se fizer uma fiscalização, se fizer uma vistoria em loja de material de construção, eu acho que já é até famoso entre a população. O nome do produto é Roundup, que é um dos agrotóxicos que mais é poluente, eu acho que se tem conhecimento disso, eu estive fazendo uma pesquisa e estudando, ele é o tipo de agrotóxico que mais contamina e mais traz prejuízo diretamente a saúde. Era a minha contribuição, agradeço a oportunidade.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Certeza. Agradecemos as palavras.

Nós temos aqui o professor Josenir Dettoni, também da UNIR, com a palavra.

O SR. JOSENIR DETTONI - Bom dia a todos. Eu agradeço a gentileza do deputado me convidar a Mesa. Parabéns pela iniciativa desta Audiência Pública; parabenizar o Aroldo e o Carlos, Conselho de Leigos que fizeram isso acontecer

também; saudar o Padre Valdecir, representando a arquidiocese.

Eu quero falar rapidamente desde o ponto de vista da educação, da filosofia, da ética pública, mas, antes disso, pegando aqui o gancho do meu colega Psicólogo que falou uma série de conselhos que não estão funcionando, também o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas há mais de quarenta anos não é convocado, ninguém é mais nomeado e existem recursos públicos para os municípios que tem este Conselho, e infelizmente a única ação pública, a única não, mas, a mais forte é de cunho policial. Então tanto no Estado, na SEAS, é muito importante a presença da representante muito bem. No Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas não sei se está funcionando, mas, o municipal não está, e isto é um problema de políticas públicas séria.

Ponto de vista da educação nos preocupa, um discurso crescente de que a educação no Brasil precisa ser privatizada, isso certamente faz muito mal para a Nação brasileira, uma vez que o povo não tem uma educação pública de qualidade, não será possível falar de meritocracia. Ninguém pode falar de meritocracia se a gente não parte de um nível mínimo de educação para todos. Então é muito preocupante essas iniciativas que estamos vendo no sentido de privatizar a educação brasileira.

O ponto de vista da Filosofia, é preocupante também que disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes, estejam sendo flexibilizadas na educação, ou seja, não vão ser mais obrigatórias. E a gente fala que o Brasil precisa de ética, ética na política foi uma das coisas que mais se falou nas últimas eleições. Quem ensina ética? Ética é uma parte da Filosofia. Como é que a gente quer ter uma sociedade mais ética tirando Filosofia da educação? Então este é um problema sério, é um retrocesso civilizatório. E já

começamos uma conversa com o Deputado, muito obrigado pela acolhida no sentido de repente pensarmos algum projeto neste sentido.

Do ponto de vista da ética pública, este termo Ética Pública é a busca do bem comum. Agora o que a gente entende como bem comum? Aquilo que é bom para a sociedade? A Revolução Francesa nos deu uma sugestão, apresentou três valores importantes para uma sociedade: liberdade, igualdade, fraternidade. O tema da Liberdade, o valor da liberdade é muito defendido pelos liberais. Aqueles que defendem que o indivíduo tem que estar protegido do poder do Estado. Então existe no campo político, o campo da direita que defende a liberdade.

A igualdade é defendida por aqueles que dizem: 'olha, precisamos de mais poder estatal para garantir a igualdade de todos'. A esquerda está aí para defender isso.

E quem defende a Fraternidade? Essa é a pergunta. Então existem organizações políticas para defender a liberdade. Existem organizações políticas para defender a igualdade, mas, quem defende a Fraternidade? E é neste sentido que a gente quer também parabenizar a Igreja Católica, e não apenas entendê-la como a organização de fé, mas, como uma organização social que congrega pessoas que também não crêem; pessoas de boa vontade para trabalhar este tema da Fraternidade. Não podemos viver bem em sociedade se não entendermos que somos irmãos. Fraternidade é isso, se a gente não entender que é irmão, não se vive bem em sociedade. Então, parabéns a igreja que tem trazido esse tema e parabéns a todos que querem transformar esta noção de fraternidade em algo concreto em Política Pública. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Parabéns pelas suas palavras. Eu acho que o Carlos quer fazer alguma observação antes de fazer o fechamento da Audiência.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Pensando nessa Fraternidade Professor Josenir e demais presentes, que nós pensamos que é importante dar continuidade a esse processo aqui, dessa discussão, desse debate. E é nesse sentido que eu quero estender o convite a todas as instituições que estão aqui presentes, já, inclusive, do Pastor Porfírio sair, ele já deixou o nome dele aqui e o telefone dele, e se colocou à disposição representando Assembleia de Deus para participar dessa discussão da construção desse Observatório, viu Deputado, isso é importante. E dizer a todos que estão aqui, para que nós possamos de fato e pensando na possibilidade de que esse Observatório seja um instrumento e um espaço de debate para se consolidar e, de certa, forma construindo esses momentos de discussões e de observação das Políticas Públicas. E para isso eu já queria, também, inclusive, colocar aqui, lançar como proposta de um encontro já para frente, para que nós passamos já fazer um encontro com todos que estão aqui presentes, para o dia 16 de abril. E aí a gente coloca aqui como ponto de encontro a Arquidiocese e a Cúria, que fica na Carlos Gomes, na esquina ali por trás da Catedral. Mas, também, fica aberto se tiver alguém, outra instituição com outro espaço, com outro local e, também, aberto a data também. É apenas uma proposta para que a gente não saia daqui sem ter nada, assim, encaminhado nesse sentido de dar prosseguimento a esse debate.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Agradecer as suas palavras. Agradecer a presença de todos aqui. Como foi frisado aqui que o público é pouco, mas, nós hoje estamos transmitindo ao vivo pela internet, hoje. Então, eu acho que foi muito produtivo esse debate, essas ideias e a gente vai dar publicidade. Espero que isso estimule as pessoas a buscar seus direitos. Pena que as autoridades que foram convidadas, que poderiam estar aqui, até o Tribunal de Justiça, até a Prefeitura, até também a CAERD e outras empresas que foram convidados, deveriam estar aqui para ouvir.

E esta Casa, ela é mediadora, ela não escuta, ela propõe, ela aprova. Então, o Poder Executivo é que executa. Então, eu quero dizer que agora está quase ficando pronto o novo plenário, nós temos os debates, audiências públicas. É bom que a sociedade participe. Então, aproveitando a presença da SEAS, esses projetos Minha Casa Minha Vida, quando for projetado, que seja pensado em área de lazer, em escolas. Eu tenho um caso lá em Ariquemes, na zona sul; colocaram as casas e não tem nenhuma escola. Esses dias uma senhora trouxe 354 nomes de adolescentes que estão lá sem ter o que fazer. Se eles tiverem que vir para a escola, não tem transporte urbano, não tem nada. Então, lá o crime está agindo, lá muitas crianças dessas se envolvendo, sendo usado no campo da droga. Então nós temos que planejar ou colocar esses prédios em áreas próximas, aonde tenham infraestrutura ou você prevê já essa infraestrutura que não é planejada. Não tem uma praça, não tem nada, não tem lazer. E aí eu fui lá fazer uma reunião, eu fiquei indignado e tudo depende do poder público. Então, esses detalhes eu acho que são muito importantes. Essa questão que foi citada também, do transporte escolar foi frisado, mas, desde o ano passado que está uma novela. A Prefeitura, o Estado, o transporte escolar, é claro, o Estado está

envolvido, mas, o Estado tem o convênio com o município e nenhum nem outro; e o Ministério Público e fica um dando culpa para o outro e as crianças estão todas lá. Na área rural eu fui esses dias visitar e, é uma lástima. Então, deixar registrado isso.

Mas eu queria agradecer aqui, Padre, a sua presença, com certeza para nós engrandeceu muito para quem está participando aqui da Mesa. A Edilaine, Secretária Executiva, da Cáritas que também está aqui. A Maria Elilde Menezes dos Santos, com certeza a sua presença foi muito importante. A gente costuma sempre criticar quem não vem, mas, vai criticar com quem está aqui. Esses que estão aqui não têm que escutar reclamação. A gente tem que parabenizar por ter vindo. Acho que está lá numa área muito sensível e com certeza a gente pode contribuir. Também o Dr. José Dettoni, nosso amigo, agradecer. O Carlos que está aqui, representando também a Arquidiocese dos Cristãos Leigos e Leigas. Nós temos aqui a representante da SEAS, nossa amiga, com certeza contribuiu muito a sua presença aqui. Eu acho que nós estamos questionando aqui, nós estamos formando uma Comissão na Assembleia para estudar essa questão dos Fundos. O Estado tem uma quantidade de Fundos aí, se eu não me engano são mais de 20, 30 Fundos, 19, não é? 19. Têm 06 que não foram implantados ainda. E nós temos que avaliar se é importante, porque a partir do momento que se cria um Fundo, está tirando dos municípios os 25%, está tirando da educação, está tirando da saúde. E tem que ver onde está, porque a gente puxa o saldo lá, tem muito dinheiro nesses Fundos. Então nós temos que questionar se foi criado e se está. Agora mesmo, no ano passado, pressionaram um projeto meu, e nós revogamos um Fundo, 7,5 para o Ministério Público; 7,5 para a Defensoria; 7,5 para a Procuradoria. E tem mais um Fundo dentro dos cartórios, que são 20% para o Tribunal de Justiça. E a gente viu na

imprensa que o Tribunal de Justiça está usando até indevidamente, que o TJ já questionou. E aí, a partir do momento que o serviço de cartório, qualquer serviço que você faça lá, do menor ao maior, desde um carimbo, 42.5 já vai, já é sacado de imediato do bruto. Depois eles têm que pagar ISS, pagar imposto de renda ainda desse dinheiro. Isso vai encarecer demais. Então, o serviço, hoje, de escritura está sendo feito em Brasília. Em qualquer outro Estado, menos em Rondônia, porque inviabilizou. Então, como nós tínhamos, a última lei que nós aprovamos, a Defensoria Pública tem, entendemos que não... Mas, olha, é uma pressão agora, para derrubar. Aí o Daniel, que é o ex-governador, vetou, veio para cá e agora nós estamos com o abacaxi ali para derrubar o Veto. E a pressão é enorme. Todo mundo quer dinheiro. E a população não aguenta pagar. Eu conheço pessoas que botam 10 escrituras aqui, vai para Brasília e ganha muito dinheiro, porque lá... Vem só registrar aqui, lavra lá. Aí o pessoal está comprando propriedade aqui e está indo ao Amazonas, está indo para o Mato Grosso, indo a qualquer Estado. Meu irmão mesmo escriturou lá no Paraná. Então, isso é prejuízo para o nosso Estado, mas ninguém quer abrir mão: "não, por que isso aqui é meu, vocês me deram, o Estado me deu, agora eu quero!". Então, nós precisamos sentar e ver isso. É dinheiro público, vamos ver isso. Está sendo bem aplicado? Está tendo resultado? Não está? Vamos extinguir esse Fundo, porque senão, daqui a pouco a gente faz um monte de puxadinho, e aí não tem o dinheiro para aquilo que de fato precisa. E a sociedade tem que participar. E eu fico triste quando a gente vê, e a gente chama um tema desse, numa hora dessa, e o pessoal não participa e depois reclama! Porque a população não tem, todos os políticos têm medo de gente, de qualquer manifestação. Então, tem que participar. O Padre falou uma coisa muito importante, hoje foi endemoniada, parece que

político é um demônio. Aí, quando renova aqui na Assembleia, 60% da vez passada, 50% agora dessa vez, veio do povo. Será que saiu de lá, virou capeta aqui, só por que ele veio para cá? Nas Câmaras Municipais renovaram 60%. Sai da sociedade. Será que ele era gente boa e virou gente ruim só por que ele virou político? Então nós precisamos meditar sobre isso. Nós não podemos endemoniar, o Padre falou um monte de vezes, que é só através da política que a gente pode mudar as coisas. Eu estou na vida pública há 39 anos, três vezes prefeito, duas vezes vereador, secretário, terceira legislatura. Não tenho vergonha de nada que eu fiz até hoje. Na política é possível sim, trabalhar honestamente. Eu vim para a política, através de um trabalho na igreja, conselho comunitário, grupo de jovens. E aí, um dia: "por que é que você não entra?". Eu nunca tinha pensado. "por que você não entra em política?". Aí eu percebi que através da política eu consigo fazer muito mais. Então, eu tenho esses mandatos todos e a gente procura fazer o melhor. Mas, a gente se depara, muitas vezes, as pessoas generalizando. Isso é muito triste, acha que todo mundo não presta e isso faz com que as pessoas boas se distanciem da política várias vezes a gente pensa assim: "será que vale à pena, eu vou cuidar da minha vida". E as pessoas abrem o espaço para as pessoas, que muitas vezes que não deveriam estar na política. Então nós temos, nós leigos, pessoal, as Igrejas têm que difundir essa ideia que política é coisa boa; mal são os maus políticos e os maus políticos estão lá porque alguém está continuando a votar nele, e às vezes, essas pessoas que se omitem, que mais criticam, são as pessoas que se omitem, acham que não deve participar. Não vou votar. Tem que se integrar na política que é a única maneira.

Então deixar essa observação e agradecer cada um de vocês eu sei que aqui nós estamos muito bem representados,

têm muitas pessoas que representam muitas pessoas e a gente quer agradecer de coração por vocês terem vindo, terem engrandecido essa Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública e agradecer mais uma vez de coração todas as pessoas. Obrigado.

(Encerra-se esta Audiência às 12 horas e 10 minutos).

(Sem revisão dos oradores)